



Instituto Superior de Gestão

## **Captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para Angola: A Internacionalização em contexto de Crise**

Motivações, Oportunidades, Desafios e Riscos associados ao Investimento  
Direto Estrangeiro no Turismo Angolano

Leossária de Fátima de Menezes da Silva

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão para obtenção do  
Grau de Mestre em Estratégia de Investimento e Internacionalização.

Orientador: Professor Doutor Álvaro Dias  
Coorientador: Professor Doutor Carlos Paz

**Lisboa, 2021**

## **AGRADECIMENTOS**

“ O sucesso, nem sempre tem a haver com quão bem feito um trabalho pode ser desempenhado, mas pela forma como nos importamos e conectamos às pessoas ao nosso redor”.

Fazendo uma introspeção, posso chegar a conclusão que só tenho motivos para agradecer, pois, independentemente das circunstâncias, todas as coisas têm cooperado para o bem.

Agradeço primeiro à Deus, pela capacitação, por ser o meu Pilar e me munir de forças para enfrentar obstáculos e prosseguir com os olhos focados na meta. Agradeço à minha mãe Leonor Menezes da Silva, as minhas irmãs Sarine e Lessânia, por estarem sempre ao meu lado, sou abençoada por vos ter.

Agradeço também ao meu Pai, Sá da Silva, pois embora não quisesse ter a filha distante do país, ainda assim, acredito que deve estar orgulhoso, por mais uma conquista. Agradeço à minha Rosinha (minha tia e mãe), por nunca medir esforços pelos seus. Por ter apostado em mim! A vitória é nossa.

Ao meu avô, Manuel Marcos de Menezes, que também é um pai muito amável e presente.

À toda a família (Avôs, tios, primos e amigos), o meu muito obrigado.

Aos meus orientadores, professores de referência, Álvaro Dias e Carlos Paz, que muito admiro e respeito, agradeço por acompanharem-me nesta caminhada. Agradeço pela disponibilidade e apoio no desenvolvimento deste estudo, que Deus possa abençoar de forma abundante as suas vidas e as suas famílias.

Aos primos Mário Kelson Silva e Ludmila Silva.

Ao Dr. Flávio António (Ministério do Turismo), pela disponibilidade e apoio durante o processo.

Aos Representantes da AIPEX (Dr. Cândido Cornélio Filho, Dr. Eusébio Sapalo e ao Dr. Tchisseke Maiato), pela disponibilidade durante as entrevistas.

Muito obrigada.

## **RESUMO**

A Captação de Investimento Direto Estrangeiro para Angola: Internacionalização em tempos de Crise, é o título deste estudo. E esta tese tem como foco, as Motivações, Oportunidades, Barreiras e Riscos, associados ao investimento direto estrangeiro no sector turístico angolano.

A escolha do título e do tema, surgiu da necessidade de compreender melhor como é que o Investimento Direto Estrangeiro, pode ser usado para dinamizar a economia não só do país recetor, como do emissor, ou seja, do país investidor.

Reconhece-se que por mais desenvolvido que um país seja, nenhum é por si só, autossuficiente. Em menor ou maior grau, um precisará sempre do outro, fundamentalmente se o que mais precisa (embora a crise), ainda assim, tenha o que oferecer.

Este tema, é de grande importância para mim, como estudante do curso de Estratégia de Investimento e Internacionalização, porque permite ter um olhar mais clínico para as questões ligadas à internacionalização de empresas.

É essencial realçar também, que o foco do estudo esteve em volta do sector turístico angolano.

Deste modo, saber quais são as motivações, oportunidades, riscos e barreiras que os países se deparam diante da possibilidade de investir no sector turístico angolano é interessante e fulcral para compreender o comportamento tanto de Angola (em termos de acordos, estratégias e políticas adotadas), tanto dos possíveis países investidores.

Para a elaboração deste trabalho, foi usada a metodologia mista, que combina os pontos fortes dos métodos qualitativos e quantitativos.

Quanto ao método qualitativo, foi elaborado um questionário, que serviu de base para uma entrevista, cujo os entrevistados foram representantes do Ministério do Turismo, Cultura e Ambiente de Angola e representantes da AIPEX (Agência de Investimento e Promoção das Exportações de Angola). Entrevista rica, pois foi-nos possível colher dados fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Foi possível também, obter dados através de relatórios tanto disponibilizados pelo Ministério do Turismo, como pela AIPEX e por instituições mundiais como ONU, Banco Mundial, WORLD TOURIS, e diferentes pesquisas bibliográficas.

Quanto ao método quantitativo, foi realizado um inquérito online, no Google Docs, onde foi possível colher dados estatísticos para fundamentar a parte prática do estudo.

Após toda a investigação, foi-nos possível concluir que Angola é de facto um país que atrai o olhar de potenciais investidores estrangeiros, precisamente na área do Turismo. Angola possui 18 províncias/cidades e muitas delas (em termos de prioridade), servem de aposta do governo para atração do investimento estrangeiro.

Possuímos uma fauna e flora bastante atrativa, belas paisagens, um território vasto e pode ser melhor explorado.

Contudo, reconhece-se que Angola também possui algumas fragilidades, em termos de burocracia (documentos), corrupção, volatilidade procura de mercado, infraestrutura e serviços públicos debilitados, custo de inputs elevados... Ou seja, possui fatores que podem ser melhorados.

O lado positivo, é que o governo Angolano, está empenhado em implementar políticas que alavanquem o setor turístico nacional, que certamente contribuirá e muito para o crescimento económico do país. Projetos como o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, é um dos que ainda está em curso e reúne várias estratégias que ainda serão implementadas com este objectivo.

Palavras-chave: Internacionalização, IDE, Crise, Turismo, Motivações, Oportunidades, Barreiras, Riscos.

## **ABSTRACT**

Attracting Foreign Direct Investment to Angola: Internationalisation in Times of Crisis is the title of this study. And this thesis focuses on the Motivations, Opportunities, Barriers and Risks associated with foreign direct investment in the Angolan tourism sector.

The choice of title and theme arose from the need to better understand how Foreign Direct Investment can be used to boost the economy not only of the receiving country, but also of the issuer, i.e. the investing country.

It is recognized that no matter how developed a country may be, none is self-sufficient. To a lesser or greater extent, one will always need the other, fundamentally if the one that needs it most (despite the crisis), still has what to offer.

This subject is of great importance to me, as a student on the Investment and Internationalisation Strategy course, because it allows me to have a more clinical look at issues related to the internationalisation of companies.

It is also essential to highlight that the focus of the study was on the Angolan tourism sector.

Thus, knowing the motivations, opportunities, risks and barriers that countries face when faced with the possibility of investing in the Angolan tourism sector is interesting and central to understanding the behaviour both of Angola (in terms of agreements, strategies and policies adopted) and of potential investor countries.

For the preparation of this paper, the mixed methodology was used, which combines the strengths of qualitative and quantitative methods.

As for the qualitative method, a questionnaire was prepared which served as the basis for an interview, the interviewees of which were representatives of the Angolan Ministry of Tourism, Culture and the Environment and representatives of AIPLEX (Angola's Investment and Export Promotion Agency). This was a rich interview, as it enabled us to gather fundamental data for the development of this study.

It was also possible to obtain data through reports made available by the Ministry of Tourism, AIPEx and global institutions such as UNO, World Bank, WORLD TOURIS, and different bibliographic researches.

As for the quantitative method, an online survey was carried out, on Google Docs, where it was possible to collect statistical data to substantiate the practical part of the study.

After all the research, it was possible to conclude that Angola is in fact a country that attracts the eye of potential foreign investors, precisely in the area of Tourism. Angola has 18 provinces/cities and many of them (in terms of priority) are used by the government to attract foreign investment.

We have a very attractive fauna and flora, beautiful landscapes, a vast territory that could be better explored.

However, it is recognized that Angola also has some weaknesses, in terms of bureaucracy (documents), corruption, volatile market demand, weak infrastructure and public services, high input costs... In other words, it has factors that can be improved.

On the positive side, the Angolan government is committed to implementing policies that leverage the national tourism sector, which will certainly contribute a lot to the country's economic growth. Projects such as the National Development Plan 2018-2022, is one that is still in progress and brings together various strategies that will still be implemented with this objective.

Keywords: Internationalization, FDI, Crisis, Tourism, Motivations, Opportunities, Barriers, Risks.

## ÍNDICE DOS CONTEÚDOS

AGRADECIMENTOS .....	II
RESUMO .....	III
ABSTRACT.....	V
ÍNDICE DE TABELAS.....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	X
ABREVIATURAS .....	XI
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1: Revisão da Literatura .....	2
1.1- Internacionalização de Empresas.....	2
1.2- Estratégias da Internacionalização .....	5
1.3- Investimento Direto Estrangeiro.....	8
1.4- Investimento Direto Estrangeiro nos países subdesenvolvidos .....	11
1.5- Crise Financeira.....	13
Capítulo 2: O Turismo em Angola.....	15
Capítulo 3: Metodologia.....	17
3.1- Objetivos da Investigação: Gerais e Específicos.....	17
3.2- Questão de Investigação .....	18
3.3 - Hipóteses.....	18
3.4- Ambiente da pesquisa .....	21
3.4.1- Delineamento da pesquisa e processo de Investigação.....	22
3.4.2- Recolha de dados Primários.....	24
3.4.3 Recolha de dados secundários:.....	24
3.5 - Variáveis.....	25
3.6- Apresentação dos Resultados (Recolha de dados).....	26
3.6.1 - Caracterização Socioprofissional dos Participantes .....	26
3.6.2- Apresentação dos conteúdos da entrevista.....	27
3.7- Apresentação dos conteúdos do Inquérito feito no Google DOCS.....	43
Capítulo 4: Discussão dos Resultados Obtidos .....	54
Conclusão.....	61
Conclusões Finais da Autora .....	65

Referências Bibliográficas .....	67
Anexos.....	70

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 - Evolução do quadro teórico da Internacionalização.....	4
Tabela 2- Hipóteses .....	21
Tabela 3 - Caraterização das Entidades Entrevistadas.....	27
Tabela 4 – Principais Riscos Identificados .....	35
Tabela 5 – Últimos dados disponíveis da UNCTAD.....	41
Tabela 6 – Ranking da Facilidade de fazer negócios.....	41
Tabela 7 - Ranking do Turismo da África Subsariana (2019).....	43

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Imagem: Turismo em Angola.....	15
Figura 2 – Relatório Angola-Portugais (2018).....	31
Figura 3 – Relatório Lei do Investimento Privado.....	31
Figura 4 – Relatório Angola-Portugais (2018): Como investir em Angola.....	32
Figura 5 – Projetos registados por sector de actividade .....	32
Figura 6 - Relatório Ministério do Turismo (Desafios Estratégicos).....	34
Figura 7 – Relatório Ministério do Turismo ( Constrangimentos Basilares do Turismo Angolano) .....	35
Figura 8- Países com maior impacto a nível de investimento em Angola (1).....	36
Figura 9- Países com maior impacto a nível de investimento em Angola (2,3).....	37

Figura 10 – Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022).....38

Figura 11 – Aonde Investir em Angola (Relatório AIPEX).....38

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Gênero dos Inquiridos.....	44
Gráfico 2 – Nacionalidade dos Inquiridos.....	44
Gráfico 3 – Conhece Angola?.....	45
Gráfico 4 – Quantas Províncias/Cidades de Angola conhece? .....	45
Gráfico 5 – Classificação do atual sistema turístico angolano?... ..	46
Gráfico 6 – Angola tem potencial para atrair o IDE?.....	47
Gráfico 7– Estaria disposto a investir em Angola?.....	47
Gráfico – Motivações/Oportunidades para investir em Angola (1).....	49
Gráfico – Motivações/Oportunidades para investir em Angola (2) .....	50
Gráfico 10 – Motivações/Oportunidades para investir em Angola (3).....	50
Gráfico 11 – Barreiras e Riscos para Investir em Angola (1).....	51
Gráfico – Barreiras e Riscos para Investir em Angola (2).....	52
Gráfico – Barreiras e Riscos para Investir em Angola (3).....	53

## **ABREVIATURAS**

AIPEX	Agência de Investimento e Promoção das Exportações de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional
BNA	Banco Nacional de Angola
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
FDI	Foreign Direct Investment

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como título: **Captação de Investimento Direto Estrangeiro para Angola: A Internacionalização em Contexto de Crise**. E esta tese tem como foco, as Motivações, Oportunidades, Barreiras e Riscos, associados ao investimento direto estrangeiro no sector turístico angolano.

O tema foi escolhido, porque como angolana, sei que Angola, é um país que acolhe várias empresas estrangeiras (dentre elas: portuguesas, brasileiras, chinesas entre muitas outras) e atualmente, o país enfrenta uma crise económico-financeira que tem retraído o investimento externo precisamente numa altura em que Angola mais precisa da captação de IDE.

Por outro lado, considero o fato da internacionalização ser encarada como uma espada de dois gumes, pois os benefícios serão sempre para ambos os lados (tanto para quem decide exportar uma empresa, tanto para quem decide acolher/receber tal empresa em seu território).

Martins (2013), cita que, a internacionalização é um processo através do qual, a organização começa a desenvolver operações para além da delimitação geográfica e do seu mercado de origem (Hitt et al. 1999). Este procedimento pode ainda estar ligado a uma estratégia de produtos, mercados e a uma integração vertical para outros países, que resulta numa replicação total ou parcial da sua cadeia operacional (Freire, 1997).

Assim sendo, podemos dizer que a internacionalização, pode ser definida, como uma evolução gradual com etapas bem definidas, através da qual, as organizações procuram adquirir recursos e aprendem a operar nos mercados estrangeiros (Andersson,2004). É fundamental realçar também, que as organizações decidem partir para o estrangeiro tendo várias motivações (Martins 2013).

Por sua vez, Da Silva (2016), defende que existem duas principais componentes da internacionalização: o comércio internacional, (envolvendo as exportações e as importações) e o IDE (investimento direto estrangeiro), (Oberhofer e Pfaffermayr, (2012); mas existem ainda, outras formas de internacionalização, como o outsourcing, as joint

ventures internacionais, licenciamento e/ou cooperação internacional (Kalinic e Forza, 2012).

Assim sendo, este trabalho procura abordar como é que a atração de investimento direto estrangeiro (como uma estratégia de internacionalização), pode ser uma estratégia governamental a ser usada, para reduzir os efeitos da crise e ainda dar abertura para novas parcerias, visando o crescimento económico do país.

Por sua vez, Neide (2019), defende que, ao longo do tempo, tem sido notório, que muitas empresas têm optado por deslocar os seus serviços, para outros países, procurando suprimir as dificuldades encontradas no mercado doméstico. Deste modo, aproveitam os progressos providenciados pela globalização, porque ao derrubar as fronteiras, elas passam a beneficiar também de avanços significativos, numa esfera económica e isso, gera como consequência o avolumar da competitividade global.

Neste trabalho, serão evidenciadas as motivações, oportunidades, barreiras e riscos associados ao investimento direto estrangeiro no setor turístico angolano, para que estando focados, numa única direção (turismo), possamos ter um melhor direcionamento e compreensão sobre o estudo.

## **Capítulo 1: Revisão da Literatura**

Este capítulo, procura explicar as perspectivas teóricas sobre a Internacionalização das Empresas, Estratégias da Internacionalização, Crise Financeira e Sobre o Investimento Direto Estrangeiro, na vertente de vários autores.

### **1.1- Internacionalização de Empresas**

Por vivermos num mundo cada vez mais globalizado e face ao aumento da concorrência no mundo empresarial, a expansão internacional tem servido de resposta para muitas empresas, diante de crises que ameaçam a sua sobrevivência (Martins, 2013).

Deste modo, a internacionalização pode ser definida como um processo através do qual a organização começa a desenvolver operações para além da delimitação geográfica e do seu mercado de origem. Este procedimento, também pode estar relacionado a uma estratégia de produtos, mercados e a uma integração vertical para outros países, que resulta numa replicação total ou parcial da sua cadeia operacional (Martins 2013).

Esta, pode também ser conhecida como uma evolução gradual com etapas bem definidas, através da qual, as organizações adquirem recursos e aprendem a operar nos mercados estrangeiros (Andersson,2004).

Porém, existem várias motivações que levam uma organização a partir para para o estrangeiro (Martins 2013). Elas podem buscar uma possibilidade de aumento da competitividade de uma organização a longo prazo, através da exploração das competências centrais em novos mercados, da realização de economias de localização (mercados favoráveis para o desenvolvimento das atividades) e do aumento das economias de escala (volume vendas e diminuição dos custos e de experiência (Serra et. al 2010).

Santos (2016), por sua vez, vai mencionar que, a internacionalização é motivada pela necessidade de fazer com que uma empresa cresça além da sua fronteira, de formas que possa beneficiar-se das economias de escala, aumentar o seu poder de mercado e melhorar a sua capacidade competitiva. (Ferreira, Reis e Serra (2011).

Segundo o mesmo autor, os motivos que levam uma empresa a internacionalizar-se baseiam-se fundamentalmente na busca de um acesso à recursos mais baratos ou de maior confiança, um maior retorno de investimento, procuram evitar a tributação ou contingentação de importação e visam o aumento da quota de mercado.

Por outro lado, em contraste, Botelho (2015), defende que, a teoria da internacionalização pressupõe a existência de um mercado imperfeito e advoga que quando um produto é necessário como input (fator produtivo), para uma empresa, e o preço é menor com a cooperação do fornecedor, do que comprado no mercado nacional, então é possível à empresa internacionalizar o fornecedor (Rugman,1981). Esta teoria

está ligada à teoria dos custos de transação (Teece, 1986), pois, esta última, numa perspectiva mais abrangente, defende que quando o custo de aquisição (e, portanto, de transação) de um produto, serviço ou matéria-prima for superior ao da sua produção interna, então esse produto, serviço, ou matéria-prima, deve ser produzido internamente.

Hoje, conforme cita Botelho (2015), é importante realçar, que a internacionalização, não deve ser vista apenas como uma solução universal para os desafios que as empresas enfrentam (Sousa, 1997), pois, ela, tem se tornado, uma condição necessária tanto para o reforço da posição competitiva das empresas, como, da sua própria sobrevivência (Silva, 2003).

### **Evolução do quadro teórico da internacionalização**

Conceitualização da Internacionalização	Principais Autores	Fatores Influenciadores da Internacionalização
<b>Teorias Clássicas do Comércio</b>		
Teoria da Vantagem Absoluta	Smith (1776)	Vantagem Absoluta
Teoria da Vantagem Comparativa	Ricardo (1817)	Vantagem Comparativa
Teoria da Dotação de Recursos	Hecksher – Ohlin (1933)	Dotação dos Fatores (capital, terra, trabalho)
<b>Teorias da Imperfeição do Mercado</b>		
Teoria do Ciclo de Vida do Produto	Vernon (1917-1966) Wells (1968-1969)	Desenvolvimento Tecnológico
Teoria do IDE	Kindleberger (1969) Hymer (1970-1971)	A base competitiva das multinacionais assenta nas imperfeições do mercado, quer de fatores, quer de produtos.
Nova Teoria do Comércio Internacional	Krugman (1979)	Economias de escala; medidas protecionistas para a criação de

		grupos industriais fortes.
Teoria da Vantagem Competitiva	Porter (1990)	Condições de Fatores; condições de procura; indústrias relacionadas e de suporte; estratégia; estrutura e rivalidade empresarial.
Teoria da Produção Internacional	Dunning (1980)	Condições de atratividade do país hospedeiro
Teoria da Internacionalização	Coase (1937) Williamson (1975) Buckley (1982-1988) Buckley & Casson (1976-1985) Hennart (1977-1982-1991)	Imperfeições do Mercado
Teoria Eclética (Paradigma OLI)	Dunning (1995-1998-2000)	Imperfeições de Mercado, Custos de Transação e Vantagens de localização

Fonte: Botelho (2015, p, 54)

## 1.2- Estratégias da Internacionalização

Para que haja uma melhor compreensão em relação ao tema em causa, torna-se fundamental estudar os motivos que fazem com que as empresas decidam internacionalizar os seus negócios e quais as são estratégias que elas adotam.

De acordo com Viana e Hortinha (2009), a internacionalização engloba várias etapas e manifesta-se de várias formas: exportações e importações de bens e serviços, investimento na compra de empresas, licenciamento de operações produtivas e de

marketing de vendas, joint ventures, alianças, redes industriais para a internacionalização, visando o aumento da eficácia das empresas e o seu crescimento.

Da Silva (2016), por sua vez, defende que o comércio internacional (dado através das exportações e das importações) e o IDE (investimento direto estrangeiro), são as duas principais componentes da internacionalização (Oberhofer e Pfaffermayr, (2012); embora, tal como citado a cima, existam outras formas de internacionalização, como , as joint ventures internacionais, o outsourcing e o licenciamento e/ou cooperação internacional (Kalinic e Forza, 2012).

Por outro lado, autores como Dal-Soto, Alves & Bulé (2014), defendem que a internacionalização pode assumir dois formatos:

Para dentro (inward)- caracteriza-se por importações, licenças de fabricação, compra de tecnologia ou contratos de franquias de empresas estrangeiras.

Para fora (outward)- ocorre através de exportações, concessão de licenças ou franquias e investimento direto no exterior.

Para Kaynak. (2014), as empresas que procuram internacionalizar-se, devem ter em consideração duas questões: Porque querem se internacionalizar? Como vão alcançar a internacionalização?

Segundo Kaynak (2014), são muitas as teorias que tratam da internacionalização de empresas, e as duas questões- porquê e como- são respondidas por meio de diversas abordagens científicas. Neste estudo, os modelos teóricos são agrupados nas seguintes categorias:

- Modelos de Estágios (o caminho universal das internacionalizações).
- Modelos de contingência (a abordagem de planejamento de adaptações para a internacionalização)

- Modelos de (Inter)ligações (internacionalizações alcançadas através do aproveitamento de oportunidades internacionais através do networking).

Kaynak (2014), cita que, estas três categorias refletem diferenças importantes no entendimento do processo de internacionalização de uma empresa. Estas diferenças podem ser ilustradas olhando para as seguintes categorias:

- 1- Uma visão de mundo objetiva versus subjetiva
- 2- Uma perspectiva estática versus uma perspectiva dinâmica
- 3- Uma orientação de planejamento versus uma orientação de ação.

### **1- Visão do mundo objetiva versus subjetiva**

Segundo Kaynak (2014), uma visão do mundo objetiva implica que a teoria (ou seja, o pesquisador) assume que o mundo dos negócios, incluindo os mercados internacionais, existe independentemente do mundo dos negócios individuais se comportar de acordo com as leis e princípios gerais (naturais que podem ser determinados por meio de investigações científicas, aumentando assim seu conhecimento sobre a internacionalização).

Uma visão de mundo subjetiva implica que a teoria pressupõe que o mundo dos negócios é uma construção social, ou seja, criada pelas ações e interação dos seres humanos. Nenhuma lei geral de comportamento pode ser encontrada porque cada situação é única.

Assim, o conhecimento, no sentido de ciência natural do termo, não pode ser acumulado. De importância são as percepções e as ações de cada empresário.

### **2- Perspectiva Estática versus Dinâmica**

De acordo Kaynak (2014), uma abordagem estática implica que a teoria fornece um instantâneo da situação. Isso contrasta com uma abordagem dinâmica, que, em uma versão simples, implica a adição de uma dimensão de tempo. Isso significa que as atividades de internacionalização são descritas em diferentes momentos. Esta versão da abordagem dinâmica é chamada de “abordagem estática comparativa”.

Uma abordagem dinâmica também pode implicar que não é o tempo, como tal, que interessa, mas sim os processos dinâmicos, por exemplo, a interação entre um exportador e um importador que aumenta gradualmente a internacionalização da empresa.

### **3- Planejamento versus Orientação da Ação**

Kaynak (2014), também cita que, as teorias da internacionalização podem ser agrupadas conforme focalizam a atenção principalmente nas atividades de planejamento gerencial ou se preocupam mais com as ações e experiências dos gestores. Por exemplo, teorias relacionadas à seleção de mercados ou formas de introdução no mercado podem ser consideradas ferramentas de planejamento. Aqui, o ponto de partida é a totalidade sendo gradualmente reduzida usando um procedimento de seleção gradual. Como se verá a seguir, a análise de mercado pressupõe que a empresa necessita de informações para o planejamento de suas atividades.

Em contraste, as teorias orientadas para a ação têm a ideia intuitiva do empresário como ponto de partida. A ideia é acompanhada por ações imediatas, que por sua vez proporcionam experiência aos atores. Esta experiência é então transformada em conhecimento por meio de um processo de reflexão (Kuada e Sorensen, 1997).

## **1.3- Investimento Direto Estrangeiro**

Segundo Neide (2019), ao longo do tempo, tem sido notório, que muitas empresas têm optado por deslocar os seus serviços, para outros países, procurando suprimir as dificuldades encontradas no mercado doméstico. Deste modo, aproveitam os progressos providenciados pela globalização, porque ao derrubar as fronteiras, elas passam a beneficiar também de avanços significativos, numa esfera económica e isso, gera como consequência o avolumar da competitividade global.

Assim, entende-se que a competitividade das empresas passa também a ser medida com base no seu nível de exportações, no seu fluxo de investimento (IDE), bem como, na sua rede de parceiros nacionais e internacionais (Amaral, Raboch, & Tomio, 2009).

Cita Pereira (2012), vai definir o IDE (investimento direto estrangeiro), como uma forma de investimento, que é efetuado, para adquirir um interesse duradouro em empresas que operam fora da economia do investidor (FMI, 1993; OCDE, 2001). A entidade estrangeira ou grupo de entidades associadas que fazem o investimento são designados “investidores diretos”. A empresa incorporada, filial ou subsidiária, é referida como uma “empresa de investimento direto”. O FMI define ainda um limiar de dez por cento de participação acionista para qualificar um investidor como investidor estrangeiro direto (FMI, 1993).

Neide (2019), apoia a teoria que diz que, a internacionalização resulta do entusiasmo por parte dos comerciantes e dos compradores ativos no mercado, e que por isso, existe uma relação entre a busca constante de novos mercados de abastecimento, de fornecimento e de aquisição de know-how e mão de obra qualificada com a necessidade de sobrevivência mercantil.

Segundo Castilho (2014), os anos 50, foi marcado, por ser uma época, em que a economia mundial foi dominada pelas empresas norte-americanas, que lideravam em termos de investimento direto. As empresas japonesas e europeias faziam os possíveis para alcança-las e usavam a exportação como arma principal.

Entretanto, de acordo os autores, as mudanças no mercado internacional, começaram a ser sentidas entre os anos 60 e 70 com o aumento da quota de mercado da quota de mercado das empresas americanas. Porém, só nos anos 80, houve a grande alteração no que diz respeito ao IDE e, os Estados Unidos da América, passou de principal emissor de IDE para principal recetor (Hagedoom & Schakenraad (1991)).

Castilho (2014), ainda cita que, com base em estudos analisados, é possível afirmar que o IDE e o comércio internacional, são aspetos importantes na internacionalização de uma economia. Faini (2005) realça a importância do IDE e do comércio internacional durante o boom no processo de internacionalização nos anos 80. Pournarakis & Varsakelis (2004) por sua vez, apresentam o IDE como fator de integração na economia e o peso das exportações no PIB e do comércio internacional (exportação + importação) no PIB como medidas do grau de internacionalização de uma economia.

Ideia esta, reforçada por Fernández, García, & Tortosa-Ausina (2007), que ao classificarem os indicadores da integração económica internacional aponta o grau de abertura comercial como uma medida de integração económica.

Castilho (2014), finaliza que, o IDE é um dos modos mais comuns de internacionalização das empresas e que, além do impacto no crescimento económico também influencia o grau de internacionalização da economia dos países emissor e recetor.

Por sua vez, ainda quanto a teoria do investimento direto estrangeiro, Botelho (2015), cita que as empresas procuram oportunidades em países estrangeiros para efetuar o seu investimento, tendo como estratégia a exploração de vantagens competitivas intrínsecas e a ausência de competências das empresas concorrentes.

Esta teoria considera que as imperfeições do mercado e a diferenciação da empresa são fatores catalisadores para o investimento direto estrangeiro.

Segundo Botelho (2015), são consideradas as seguintes imperfeições no mercado:

- As imperfeições nos mercados de bens, nomeadamente as relacionadas com a diferenciação do produto, com as competências de marketing e com a notoriedade das marcas;
- As imperfeições nos mercados de fatores, isto é, as relacionadas com as competências de gestão, com a tecnologia e com a capacidade de obtenção de recursos;
- As imperfeições na concorrência das economias de escala (internas e externas);
- As imperfeições na concorrência causadas pelas políticas dos governos na atração do investimento.

Botelho (2015), também vai citar que, o investimento direto estrangeiro (IDE) assume duas formas distintas (Dunning, 1993b): **o propriamente dito investimento direto no estrangeiro** e **o investimento indireto no estrangeiro, também denominado investimento de carteira.**

- O primeiro caracteriza-se por envolver a transferência para outro país de um conjunto de ativos e produtos intermediários que inclui capital financeiro, tecnologia, know-how (conhecimento do saber fazer), técnicas de gestão, liderança e acesso a mercados externos, com o controlo do uso dos recursos por parte do investidor.
- O segundo envolve unicamente a transferência internacional de capital financeiro passando o controlo do vendedor para o comprador.

Botelho (2015), concluirá que, as empresas optam pelo IDE quando os benefícios líquidos, decorrentes da internalização de atividades no mercado doméstico e no estrangeiro, são superiores aos que seriam proporcionados pelas relações comerciais externas. Isto sucede porquanto a empresa consegue impor a definição e aceitação das obrigações contratuais, a fixação dos preços e a exploração dos mercados.

#### **1.4- Investimento Direto Estrangeiro nos países subdesenvolvidos**

Segundo Castilho (2014), a entrada do investimento direto estrangeiro, tem um papel relevante no país recetor, sendo, que muitas vezes, quando calculado o total de investimento privado do país, o IDE, seja o que mais estimula o crescimento económico (Dabour, 2000). No caso dos países em desenvolvimento, o IDE, pode ser o instrumento mais eficaz na redução da pobreza, uma vez que permite a expansão tecnológica, ajuda na formação do capital humano, contribui para a integração no comércio internacional, cria um ambiente empresarial mais competitivo e contribui para um melhor desenvolvimento do sector empresarial (Ahmed, 2012).

Castilho (2014), cita que os estudiosos também mencionam, que para que um país tenha acesso aos benefícios de longo prazo do IDE tem que possuir um conjunto de características, entre as quais se destacam o capital humano, a capacidade de absorção (Borensztein, Gregorio, & Lee, 1998), a estabilidade económica e o mercado liberalizado (Li & Liu, 2005).

Adicionalmente, a literatura revela que o impacto no crescimento é influenciado pelo tipo de IDE. Por exemplo, Li & Liu (2005), mostraram que o IDE exportação-promoção, tem maior relevância para o crescimento económico do país recetor em relação ao IDE substituição-importação. Os autores mostraram que o efeito do IDE varia

de país para país e que as políticas comerciais têm um papel importante no impacto do IDE sobre o crescimento económico.

Costa (2003), defende a ideia apresentada por Dunning (1981, 1988), onde este acredita que só há lugar para IDE, quando a empresa usufrui de três componentes chaves:

- 1- Vantagens específicas de propriedade (Ownership advantages)
- 2- Vantagens de localização (Location advantages)
- 3- Vantagens de internacionalização (Internalization advantages)

Segundo Dunning (1981, 1988) e citado por Costa (2003), as duas primeiras vantagens, explicam o motivo pelo qual as empresas produzem fora do seu território. O terceiro determinante explica a utilização dessas vantagens pela própria empresa, em vez da sua cedência à empresas estrangeiras. Ou seja, quanto maior forem as vantagens específicas de uma empresa (líquidas de qualquer desvantagem resultante do facto de operar num mercado estrangeiro), maior será o incentivo para explorá-las, i.e de internalizar as suas atividades, direcionando as atividades para os países que apresentam maiores vantagens de localização (Costa, 2003<sup>a</sup>).

Kaynak (2014), considera que, mesmo nas economias em desenvolvimento da África, da América Latina e do resto da Ásia, as recentes políticas de desenvolvimento económico visam reduzir o envolvimento direto do Estado nos negócios. Os quadros legais e regulamentares restritivos estão a ser desmantelados e uma série de medidas macro e microeconómicas estão a ser adotadas para encorajar o desenvolvimento do sector privado por parte de investidores locais e estrangeiros.

Para Kaynak (2014), as políticas de porta aberta da China, que começaram no início da década de 1980, são um exemplo clássico, mas evidências semelhantes podem ser encontradas em outros lugares. Assim como os países em desenvolvimento estão a abrir as suas economias para investidores estrangeiros, o aumento da intensidade da concorrência internacional tem pressionado as empresas das economias de mercado

desenvolvidas a buscar estratégias de terceirização e/ou investimentos estrangeiros diretos em países com baixos custos trabalhistas (Dunning, 1989).

Kaynak (2014), cita que outros não viram outra alternativa senão localizar-se nos países em desenvolvimento ou nas economias em transição da Europa Central e Oriental.

Como observa Dunning (1989), essas empresas se tornaram mais livres em sua escolha de localização, uma vez que sua dependência de dotações de fatores naturais e imóveis foi reduzida. Essas mudanças distintas nos negócios mundiais são causadas por uma combinação de fatores externos e medidas políticas específicas de cada país que favorecem a liberalização econômica e o investimento estrangeiro direto.

## **1.5- Crise Financeira**

Conforme citado por Carvalho (2013), segundo Minsky (1977), um dos critérios que permite avaliar a fragilidade ou a robustez de uma dada estrutura financeira é o modo como nessa estrutura ponderam os financiamentos com cobertura de risco (hedge), os financiamentos especulativos e os financiamentos Ponzi.

De acordo a teoria apresentada por Minsky (1977) e citada por Carvalho (2013), existem três tipos de unidades econômicas, segundo o grau de prudência do endividamento:

-Em primeiro lugar, temos as unidades hedge, onde o endividamento é tal que as entradas monetárias, provenientes dos rendimentos esperados, são superiores, em cada período, às saídas destinadas ao pagamento de responsabilidades. Neste caso, seja qual for a taxa de atualização considerada, o valor do investimento líquido é positivo.

- Em segundo lugar, temos as unidades especulativas, onde os fluxos monetários de saída são superiores às entradas esperadas, em alguns curtos períodos de tempo, embora as unidades se possam refinar no mercado. O valor líquido do investimento pode, neste caso, tornar-se negativo, se a taxa de juros subir muito.

- Finalmente, as unidades Ponzi são aquelas onde apenas os fluxos financeiros destinados ao pagamento dos juros da dívida excedem as entradas esperadas, pelo que o valor líquido do investimento é então negativo.

Neste sentido, Minsky (1977, p.149) conclui que “se, em geral, a finança especulativa torna a estrutura financeira frágil, então o financiamento contínuo ou especulativo do investimento é uma parcela particularmente sensível da estrutura financeira frágil”.

Segundo Carvalho (2013), o termo crise reporta-se a um elenco alargado de situações, nas quais concorrem, porém, dois fatores fundamentais:

- 1- Envolve a perda de valor de instituições ou de ativos financeiros;
- 2- Este processo propaga-se rapidamente.

Por outro lado, para Kindleberger (2002), as crises financeiras estão intimamente associadas aos períodos cíclicos da economia. Uma crise financeira ocorre quando se observa uma mudança súbita no panorama económico. Novas oportunidades de lucros emergem, ao mesmo tempo que o risco em torno dessas operações também se eleva. O desequilíbrio entre essas duas forças - de ganhos e de perdas – faz instaurar as crises financeiras.

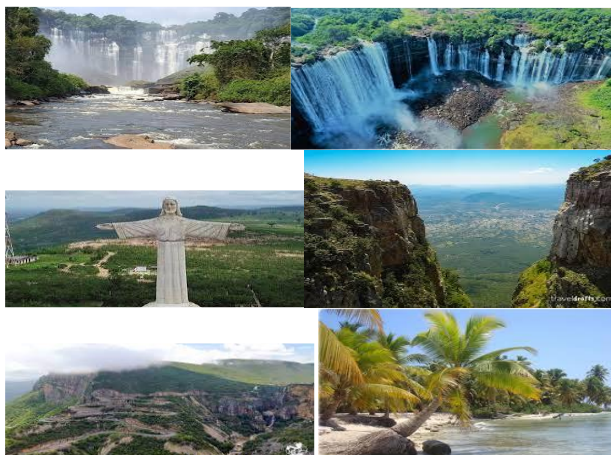
Com efeito, para Kindleberger (2002), a definição de crise financeira deve considerar as atitudes dos agentes económicos, por fazerem emergir os momentos de euforia, bolhas e irracionalidades.

Quelhas (2013), por sua vez, defende que “o conceito de crise financeira, é por excelência, um conceito inacabado, onde ponderam múltiplos elementos constitutivos, nomeadamente de natureza bancária, monetária e cambial, que obstam à delimitação das suas fronteiras”.

Quelhas (2013), ainda afirma que não há um consenso entre os economistas, porque há várias teorias acerca do desenvolvimento das crises financeiras. As crises continuam a

ocorrer por todo o mundo, parecendo desencadear-se com certa regularidade, sendo inerentes ao próprio funcionamento da economia capitalista.

## Capítulo 2: O Turismo em Angola



Angola é um país, com uma área total de cerca 1 246 700 km<sup>2</sup>, com 1 600 km de costa, com imponentes planaltos, praias, fauna e flora abundantes, cultura diversa, , povo , vastos rios, e oferece grandes oportunidades de negócios no sector turístico.

O relatório publicado pelo PND- Angola/Portugais (2018), refere que a dimensão territorial e litoral, a diversidade climática e paisagística, bem como a biodiversidade que o País apresenta, ainda são desconhecidas pelo Turismo internacional.

Entretanto, o turismo angolano, tem como estratégia definir prioridades, regiões e polos de desenvolvimento turístico, de modos que esteja focado no desenvolvimento integrado e faseado de seis eixos estratégicos, nomeadamente:

Mercados emissores, enriquecimento da oferta, acessibilidades, promoção e distribuição, serviços e competências, qualidade urbana e ambiental.

Conforme referenciado pelo relatório publicado, o Campeonato Africano das Nações, realizado em Angola em 2010, serviu de alavanca para impulsionar o sector turístico angolano pós-guerra, pois, este marco, despertou o olhar de turistas de todo o mundo e ajudou a melhorar a oferta turística angolana.

O Turismo, desde modo, apresenta-se como um sector promissor, que pode contribuir para a redução da pobreza, aumentar as receitas internas e consequentemente o crescimento económico do País.

O sector é determinante na inclusão e desenvolvimento social, vela pela identidade nacional e pela imagem do país, reforça a cidadania e ajuda a conter o êxodo rural.

A crise económico-financeira registada por Angola desde 2014, face a redução do preço do petróleo no mercado internacional, incitou o despertar das autoridades governamentais, políticas e de empresários para a necessidade da diversificação da economia, através de recursos a outras potencialidades, como o Turismo, conforme citado pelo relatório.

Deste modo, a indústria do Turismo foi um dos sectores seleccionados para a diversificação da economia, fruto do potencial que o País possui e pelo crescimento contínuo da indústria do Turismo mundial.

Contudo, de acordo o relatório, a conceção do turismo tem evoluído ao longo dos tempos. O modelo turístico de exploração massificada que vigorou desde os anos 50, baseados nos três S, (Sun, Sea, Sandy) está ultrapassado e insustentável. Hoje em dia, o novo modelo é baseado nos três L, (Landscape, Leisure, Learning) verificando-se uma alteração significativa no comportamento dos turistas e nas estratégias do Turismo. O Turismo passou a estar mais ligado a natureza, a aventura, a novidade e a criatividade.

Todo esse processo permitiu o surgimento de um novo perfil de turistas, com maior sensibilidade para as culturas locais, para o ambiente, e que procuram por experiências únicas e de autorrealização, saúde e bem-estar, fruto também, da alteração do estilo de vida das pessoas.

Angola, respeitando, os objetivos do milénio, tem estado a apostar na sustentabilidade do turismo, que contempla a preservação da natureza, da fauna, da flora, a manutenção da identidade cultural e outros recursos naturais.

O País tem uma forte reserva de património cultural, histórico e natural, povo acolhedor, fauna e flora diversificada, localização privilegiada, extensão territorial e litoral,

que são uma mais-valia para impulsionar o desenvolvimento do turismo a médio e a longo prazo. Daí, a necessidade da qualificação da oferta turística com o aumento da qualidade e diversidade, tornando-o mais competitivo.

O relatório ainda revela que, Angola tem capacidade para ser um novo destino turístico no século XXI, mas para tal, tem que continuar a apostar fortemente na superação do défice de ofertas a vários níveis (mão de obra, quadro legal, inventariação e caracterização dos ativos turísticos, meios de trabalho eficientes e criar uma visão integrada do Turismo), uma vez que tem potencial para o seu desenvolvimento.

### **Capítulo 3: Metodologia**

Segundo Reichardt; Frasson; Junior (2017), a revisão da literatura está estruturada de modos a permitir um breve retrospecto sobre as classificações metodológicas abordadas, as quais são: objetivos de pesquisa, natureza do problema, abordagem do problema, ambientes e delineamento da pesquisa. Neste sentido, procura-se estabelecer definições dessas estruturas para cumprir com o objetivo proposto nesse trabalho.

#### **3.1- Objetivos da Investigação: Gerais e Específicos**

O presente estudo, pretende contribuir com conhecimento específico sobre os impactos gerados pela Internacionalização de empresas. O estudo tem como objetivo geral, saber quais são as motivações, oportunidades, riscos e desafios que as empresas estrangeiras enfrentam face a possibilidade de investir no território Angolano.

Neste âmbito, constituem objetivos específicos deste trabalho:

-Explicar a importância que o Investimento Direto Estrangeiro (como estratégia de Internacionalização), tem para Angola.

-Saber quais são as políticas/estratégias governamentais implementadas por Angola para atrair o Investimento Direto estrangeiro na área do Turismo, neste contexto de crise que enfrenta.

### **3.2- Questão de Investigação**

A presente Dissertação tem por base uma questão de partida. Assim, delimitamos o caminho a ser traçado na investigação, de forma a alcançar o objeto primário da mesma.

Quivy e Campenhoudt (2013), defendem, que quando se elabora um projeto de investigação, deve ser definida uma questão de partida, que permita compreender de forma clara, objetiva e precisa, o que é que a investigação em causa pretende estudar e conhecer. Deste modo, o estudo terá como principal objetivo responder a esta questão de partida e explorá-la o máximo possível.

Foi elaborada a seguinte questão de partida:

**Quais são as principais motivações, oportunidades, barreiras e/ou riscos associados ao processo de internacionalização de empresas turísticas em Angola?**

### **3.3- Hipóteses**

#### **Motivações inerentes ao Investimento Direto Estrangeiro:**

De acordo com Dunning e Lundan (2008, cit. Castro, 2010, pag 5), existem quatro motivos essenciais para a realização de IDE: a procura de recursos, procura de mercadorias, procura de eficiência e a procura de ativos estratégicos, que se traduzem em diferentes vantagens de propriedade, localização e internacionalização.

Os vários motivos existentes não são mutuamente exclusivos e cada vez mais as empresas combinam um ou mais motivos tradicionais para justificarem as suas incursões diretas nos mercados internacionais (Mehmed e Osmani, 2004).

Assim, obtemos a seguinte hipótese:

H1: Existe uma relação positiva entre a motivação de investir na área do turismo angolano e a atração de IDE.

### **Oportunidades inerentes ao Investimento Direto Estrangeiro:**

Segundo Shenkar & Luo (2007), uma empresa multinacional (EMN) pode tanto afetar a importação do país recetor (no caso de usar o país emissor como fornecedor de bens intermédios para a produção no país recetor, logo afeta a exportação do país emissor), como pode afetar a exportação do país recetor (ao produzir bens intermédios e exportar para o país emissor ou para outros países, neste caso afeta a importação do país emissor ou dos países para os quais os bens intermédios são enviados).

Por sua vez, ainda quanto a teoria do investimento direto estrangeiro, Botelho (2015), cita que as empresas procuram oportunidades em países estrangeiros para efetuar o seu investimento, tendo como estratégia, a ausência de competências das empresas concorrentes e a exploração de vantagens competitivas intrínsecas.

Assim, obtemos a seguinte hipótese:

H2: Existe uma relação positiva entre as oportunidades que Angola oferece e a atração de IDE.

### **Barreiras inerentes ao Investimento Direto Estrangeiro:**

Botelho (2015), considera as seguintes imperfeições no mercado que servem como barreira:

- Imperfeições nos mercados de bens, nomeadamente as relacionadas com a diferenciação do produto, com as competências de marketing e com a notoriedade das marcas;
- Imperfeições nos mercados de fatores, isto é, as relacionadas com as competências de gestão, com a tecnologia e com a capacidade de obtenção de recursos;
- As imperfeições na concorrência das economias de escala (internas e externas);

- As imperfeições na concorrência causadas pelas políticas dos governos na atração do investimento.

Porém, as limitações apontadas a esta teoria, concentram-se no facto desta abordar apenas o tema do investimento no estrangeiro, não considerando quaisquer formas de acordos no mercado (Malhotra et al., 2003) Também designada por «Teoria da Imperfeição dos Mercados».

Assim, obtemos a seguinte hipótese:

H3: Existe uma relação negativa entre as barreiras que as empresas turísticas enfrentam e a atração de IDE.

#### **Riscos associados ao Investimento Direto Estrangeiro:**

Conforme cita (Pereira 2012), uma das principais prioridades das empresas que atuam internacionalmente, é a gestão do risco (Miller, 1992). Quando o destino destes investimentos internacionais são países em desenvolvimento e emergentes, verifica-se que estes, apesar de um dado progresso a nível da estabilidade política e da qualidade das instituições económicas (Wyk e Lal, 2008), são normalmente associados a um elevado nível de risco o qual inibe um maior influxo de investimento direto estrangeiro (IDE) (Asiedu, 2002).

Assim, obtemos a seguinte hipótese:

H4: Existe uma relação negativa entre os Riscos associados ao processo de internacionalização de uma empresa e a atração de IDE para o turismo angolano.

**Tabela Hipóteses**

Hipóteses	Autores	Relação Esperada com a Variável Dependente (IDE)
H1	Dunning e Lundan (2008, cit. Castro, 2010, pag 5)	+

H2	Segundo Shenkar & Luo (2007), Botelho (2015)	+
H3	Botelho (2015)	-
H4	(Pereira 2012)	-

Fonte: Elaboração Própria

### **3.4- Ambiente da pesquisa**

Segundo Gil e Andrade (2002), o lugar onde o pesquisador busca realizar as suas pesquisas designa-se ambiente de pesquisa. São percebidos nesse contexto, o lugar e a forma de abordagem. Neste caso, estabelecemos duas formas distintas de abordar esse tema, pesquisa de campo e bibliográfica.

No que toca a pesquisa de campo, Andrade (2002), considera que deve-se buscar por uma realidade específica, geralmente envolvendo várias observações relacionadas à entrevistas, filmagens, pré e pós testes.

No nosso estudo, recorreremos aos dois ambientes de pesquisa acima mencionados. Na primeira fase, usamos pesquisas bibliográficas, que serviram de sustentabilidade teórica para o estudo e de ponte para a execução prática da Dissertação. Consideramos que é fundamental, antes de tudo, aprofundarmos os conceitos que dão voz ao tema central do trabalho, e por isso, recorreremos aos livros, artigos, teses, revistas e outros documentos que nos permitiram desenvolver toda a parte teórica do estudo.

Por outro lado, também tivemos uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas feitas aos profissionais ligados diretamente a área que está a ser analisada no nosso estudo. Estas entrevistas, ajudaram-nos a compilar também, a parte prática do nosso estudo.

### 3.4-1. Delineamento da pesquisa e processo de Investigação

O processo de investigação deste projeto envolve três fases diferentes, mas que acabam por se complementar:

**1. Recolha de dados primários:** de modos a aprofundar os conhecimentos das temáticas abordadas, foram feitas várias consultas bibliográficas, para servirem de base teórica do trabalho.

**2. Recolha de dados secundários:** dados adquiridos por meio de entrevistas feitas às entidades ligadas ao Ministério do Turismo de Angola e às entidades ligadas à AIPEX (Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola).

**3. Tratamento e análise de dados:** parte em que se deu o devido tratamento aos dados obtidos durante todo o processo investigativo deste trabalho.

**Quanto à problemática de investigação,** foram formuladas questões gerais e específicas, que nos permitiram organizar a investigação por sub-temas, de acordo com o nosso objeto de investigação.

Este estudo assume as duas vertentes de investigação, quantitativa e qualitativa, no sentido em que a dedução e indução são critérios constantes nesta investigação.

Quanto ao método quantitativo, obtivemos vários dados estatísticos por parte das instituições angolanas, que nos permitiu construir um estudo, com variáveis conhecidas e teorias existentes quanto à natureza da problemática aqui apresentada. Assim, foi possível aprofundar os conhecimentos sobre a atual realidade do turismo angolano (em termos estatísticos) e quais as medidas que estão a ser adotadas pelo governo de modos a promover o investimento neste sector.

Também foi elaborado um inquérito online, através do google docs, cujo o resultado serviu de sustentabilidade para o nosso estudo.

Quanto ao método qualitativo, na conceção de Anadón (2005), a pesquisa, preocupa-se com os problemas sociais, ultrapassa a análise estatística e visa uma mudança social.

Na perspetiva de Silva (1998), a abordagem qualitativa permite uma infinidade de sentidos simbólicos e coloca o próprio homem como investigado e investigador. Neste caso, o pesquisado não é um mero objeto; o campo e o processo se transformam. Deste modo, umas das primeiras motivações para o desenvolvimento de uma pesquisa está em responder a uma inquietação do próprio pesquisador.

Neste trabalho, o método qualitativo foi o mais desenvolvido, pois, com o questionário elaborado e enviado para entidades turísticas angolanas, foi possível colher o máximo de dados possíveis para o processo construtivo, bem como para a análise do estudo de caso do trabalho.

O método qualitativo, cumpriu-se pela observação direta e pelo conhecimento da realidade como angolana, o que nos permitiu obter informações mais precisas sobre o turismo nacional. Os indicadores obtidos pela metodologia quantitativa permitiu-nos uma investigação ancorada à qualitativa.

A pesquisa qualitativa visa compreender os fenómenos e não simplesmente explicá-los. Nesta abordagem, a ênfase não recai sobre o produto em causa, mas sobre o processo.

A entrevista pode ser presencial, telefónica ou via internet, pode ser individual ou em pequenos grupos (Coutinho 2014; Fortin, 2009).

Neste contexto, apresentamos a problemática através das seguintes questões fundamentais:

- O que Angola tem feito para atrair o IDE na área do turismo nacional?
- Quais são as motivações, oportunidades, barreiras ou riscos, que as empresas turísticas encontram face à possibilidade de internacionalizarem-se em Angola?

Quanto ao desenho, a investigação é de carácter descritiva e está composta por 8 fases: apresentação da problemática de investigação, questões e hipóteses formuladas, objetivos de investigação, revisão da literatura, definição e fundamentação da metodologia, recolha de dados, análise de dados e conclusões.

### **3.4.2-Recolha de dados Primários**

Para as consultas bibliográficas, recorreremos á vários autores, de modo a amplificar os conhecimentos referentes ao estudo da Internacionalização de Empresas, as Estratégias de Internacionalização, do IDE, Crise Financeira e do Turismo.

Foram recolhidos e analisados documentos como Decretos presidenciais ligados à AIPEX, relatórios do Fórum do Turismo Angolano, entre outros. As consultas foram efetuadas no âmbito do estudo em questão, como no Ministério do Turismo, através das seguintes áreas:

1. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística

E pela Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX), através das seguintes entidades:

1. Departamento de Promoção e Captação de Investimento;
2. Departamento de Acompanhamento de Investimento e Negócios Internacionais;

### **3.4.3 - Recolha de dados secundários:**

Referente à recolha dos dados secundários, foi feito um questionário com questões, abertas, a 3 intervenientes ligados à AIPEX e 1 interveniente ligado ao sector do Turismo, a saber:

Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) e Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.

Definindo objectivos gerais, procurou-se perceber o seguinte:

#### **AIPEX:**

1. Compreender quais são os desafios, riscos e oportunidades que as empresas estrangeiras enfrentam face à possibilidade de investir em Angola;

2. Saber quais são os países e conseqüentemente empresas estrangeiras, com maior impacto a nível de investimento em Angola;

### **Ministério do Turismo:**

1. Saber, qual é a realidade do turismo em Angola e quais seriam os desafios e possíveis oportunidades face à crise;

2. Saber quais são as províncias/cidades consideradas mais atrativas para se investir?

3. Quais são as estratégias/políticas governamentais que estão a ser implementadas para fomentar o investimento direto estrangeiro no que concerne ao turismo nacional.

4. Compreender qual é a apreciação feita pelos investidores estrangeiros face a possibilidade de investir no sector turístico em Angola.

A investigação teórica foi efetuada entre os meses de Novembro 2019-Fevereiro 2020, o trabalho de Campo executado em Angola, foi realizado entre os meses de Fevereiro á Março de 2020 (tendo sido interrompido devido as restrições relacionadas ao COVID), mas prosseguimos com as investigações para o trabalho, incluindo algumas entrevistas realizadas de forma online, entre os meses de Maio-Outubro 2020.

Inicialmente, as questões elaboradas para as entrevistas foram apresentadas às respetivas entidades e posteriormente (devido a pandemia), por endereço eletrónico e via o aplicativo ZOOM. As questões foram administradas por mim (autora do trabalho).

Inicialmente, foi explicado o objetivo do estudo aos entrevistados, e posteriormente, convidados a responder às questões apresentadas.

## **3.5 - Variáveis**

### **Variável Dependente**

Neste estudo, a variável dependente definida é o Investimento Direto Estrangeiro.

### **Variáveis Independentes**

Após a definição das hipóteses apresentadas anteriormente, as variáveis independentes definidas para este estudo são as seguintes:

- **Motivações** inerentes a atração do IDE
- **Oportunidades** que Angola oferece para atração do IDE
- **Desafios** inerentes ao IDE
- **Riscos** associados a atração de IDE

### **3. 6- Apresentação dos Resultados (Recolha de dados)**

Neste capítulo, apresentamos a caracterização socioprofissional dos entrevistados. Posteriormente procederemos à apresentação do conteúdo das entrevistas realizadas, tendo por base os objetivos, finalidade e questões da investigação.

#### **3.6.1 - Caracterização Socioprofissional dos Participantes**

Neste estudo, participaram 4 entidades relacionadas aos organismos que permitiram-nos obter informações fundamentais e detalhadas que serviram de base para o nosso estudo.

Três entidades, ligadas à Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX); E uma entidade do Ministério do Turismo, Cultura e Ambiente de Angola.

Todos do sexo masculino e cujo a média de idades correspondia aos 38 anos, variando entre os 36 anos e 42 anos.

O tempo de experiência profissional (geral) nas referentes áreas variavam entre os 6-11 anos.

Concernente as habilitações literárias, todos os entrevistados possuíam o grau de Licenciado e dois possuíam também o grau de Mestre e é de salientar, que todos avaliaram a sua experiência nas referidas áreas como positiva.

## Caracterização das entidades entrevistadas

**Tabela - Caraterização dos entrevistados**

<u>Categoria</u>	<u>Número</u>
-Director (Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística - Ministério Turismo )	1
-Departamento de Promoção e captação de investimento (AIPEX)	2
-Departamento de acompanhamento de investimento e negócios internacionais (AIPEX)	1
Anos de experiência em Angola	1
5-7 anos	1
7-10 anos	1
> 10 anos	2
Elaboração: Própria	

### 3.6.2- Apresentação dos conteúdos da entrevista.

Da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, emergiram, os seguintes domínios:

- 1- Quais são as Motivações, Oportunidades, Barreiras e Riscos que as empresas turísticas se deparam quando decidem internacionalizar-se e investir em Angola?
- 2- Quais são os países e conseqüentemente empresas estrangeiras, com maior impacto a nível de investimento em Angola?
- 3- Quais são as estratégias/políticas governamentais que estão a ser implementadas para fomentar o investimento direto estrangeiro no que concerne ao turismo nacional.

4- Quais são as províncias/cidades consideradas mais atrativas para se investir?

5- Qual é a apreciação feita pelos investidores estrangeiros face a possibilidade de investir no sector turístico em Angola?

Estas questões foram seleccionadas, porque elas servem de ponte para o que se pretende analisar neste projecto.

A primeira questão, relacionada as motivações, oportunidades, barreiras e riscos que as empresas turísticas se deparam quando decidem internacionalizarem-se em Angola, é a questão de partida deste projeto e poder contar com o esclarecimento dos entrevistados (entidades directamente ligadas ao turismo e a Agência de investimento de importações e exportações de Angola), foi uma mais valia.

Conhecer quais são as motivações que conduzem as empresas estrangeiras a investirem em Angola, quais as Oportunidades que Angola oferece, as possíveis barreiras e riscos que as mesmas enfrentam e saber qual é o impacto das mesmas e como elas influenciam o fluxo dos investimentos diretos estrangeiros é o ponto fulcral desta dissertação.

A segunda questão, relativamente aos países com maior impacto a nível de investimento em Angola, é necessária, porque ajudar-nos-ia a perceber, numa primeira instancia, quais são estes países e conseqüentemente, saber o que os leva a continuar a investir no território nacional. Certamente, além de estarem a investir, também receberiam o retorno esperado, daí inicialmente dizer que (numa opinião pessoal), o investimento direto estrangeiro, pode representar uma espada de dois gumes, que possivelmente, gera benefícios, não somente para o país receptor do investimento, como para o país emissor também.

Quanto a terceira questão, saber quais são as políticas governamentais que estão a ser implementadas para fomentar o investimento direto estrangeiro no que concerne ao turismo nacional, é de suma importância, porque leva-nos a conhecer precisamente, quais são as estratégias que o governo angolano tem adotado, primeiro para melhorar o

ambiente interno relativamente aos olhares de investidores nacionais e consequentemente, conseguir atrair o olhar de possíveis investidores estrangeiros para a sector turístico angolano.

Relativamente a quarta questão, é essencial reiterar que Angola é um país que possui 18 províncias/cidades. Deste modo, saber quais são as mais atractivas para o investimento direto estrangeiro, é fundamental para este trabalho, porque leva-nos a ter uma percepção de quais são as cidades que o governo angolano tem apostado de modos a serem o pivô dos investimentos diretos estrangeiros, fundamentalmente na área do turismo nacional.

E por último, ter a noção da apreciação feita pelos investidores estrangeiros face a possibilidade de investir no sector turístico em Angola e obter estas informações da parte das entidades entrevistadas é de salutar, pois a resposta serviu como um termómetro na elaboração deste projeto. Permitiu-nos saber quais são os pontos positivos e os que precisam ser melhorados para continuar a manter tais investimentos e abrir portas para outros.

Deste modo, dada as questões apresentadas, obtivemos as seguintes respostas:

**Questão 1:** Quais são as Motivações, Oportunidades, Barreiras e Riscos que as empresas turísticas se deparam quando decidem internacionalizarem-se e investir em Angola?

#### **a) Motivações para a realização de IDE**

De acordo com Dunning e Lundan (2008, cit. Castro, 2010, pag 5), existem quatro tipos de motivos essenciais para a realização de IDE: procura de mercadorias, a procura de recursos, a procura de ativos estratégicos e a procura de eficiência, que se traduzem em diferentes vantagens de localização, propriedade, e internacionalização.

Os vários motivos existentes não são mutuamente exclusivos e cada vez mais as empresas combinam um ou mais motivos tradicionais para justificarem as suas incursões diretas nos mercados internacionais (Mehmed e Osmani, 2004).

Face às pesquisas feitas e as entrevistas realizadas, foi possível saber que os motivos que levam os investidores a investir no território angolano são:

A Lei do Investimento Privado – Lei 10/28 de 26 de Junho de 2018, foi desenhada para facilitar a atração do IDE e contribuir para a melhoria do ambiente de negócios. Destacam-se os seguintes elementos:

- Inexistência de valor mínimo para o Investimento Privado;
- Garantia da transferência de Lucros e Dividendos após implementação efetiva do projeto;
- Ausência de obrigatoriedade de parcerias para investir em Angola;
- Concessão automática de benefícios fiscais;
- Isenção de pagamento das taxas e emolumentos de qualquer serviço solicitado, incluindo os aduaneiros, por um ente público não empresarial, durante um período não superior a 5 (cinco) anos, para os projetos enquadrados no Regime Especial.

Para que a lei fosse implementada, foram adotados procedimentos que permitiram a redução do tempo e do custo para o registo das propostas de investimento e a simplificação da tramitação processual. Entre as medidas destacam - se as seguintes:

- O limite máximo de 72 horas para registo de respostas de investimento privado;
- A possibilidade de Submissão da proposta de investimento online através do Sistema Eletrónico de Tramitação do Investimento Privado (SETIP), a partir de qualquer ponto do globo;
- O acompanhamento das propostas de investimento até a sua implementação efetiva, através de serviços de suporte ao investidor.

### Angola está determinada em atrair investimentos e melhorar o ambiente de negócio

- Estratégia de longo prazo (ELP 2025) prevê importantes projectos de investimentos em infraestruturas que se constituem em importantes oportunidades de negócios;
- Acordos bilaterais de promoção e protecção de investimentos com vários países, com destaque para Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha, Itália, Portugal, Rússia, Suíça, África do Sul e Guiné Bissau;
- Captação de investimento privado através de programas de incentivo ao investimento e diversificação, bem como o PRODESI que estabelece os parâmetros inerentes a um processo sustentado de desenvolvimento;

Fonte: Relatório Angola-Portugais (2018)

Lei do Investimento Privado – Lei 10/28 de 26 de Junho de 2018, está desenhada para facilitar a atracção do Investimento Directo Estrangeiro e contribuir para a melhoria do ambiente de negócios. Destacam-se os seguintes elementos:

- Inexistência de valor mínimo para o Investimento Privado;
- Ausência de obrigatoriedade de parcerias para investir em Angola;
- Garantia da transferência de Lucros e Dividendos após implementação efectiva do projecto;
- Concessão automática de benefícios fiscais;
- Isenção de pagamento das taxas e emolumentos de qualquer serviço solicitado, incluindo os aduaneiros, por um ente público não empresarial, durante um período não superior a 5 (cinco) anos, para os projectos enquadrados no Regime Especial.

Fonte: Relatório Angola-Portugais (2018)

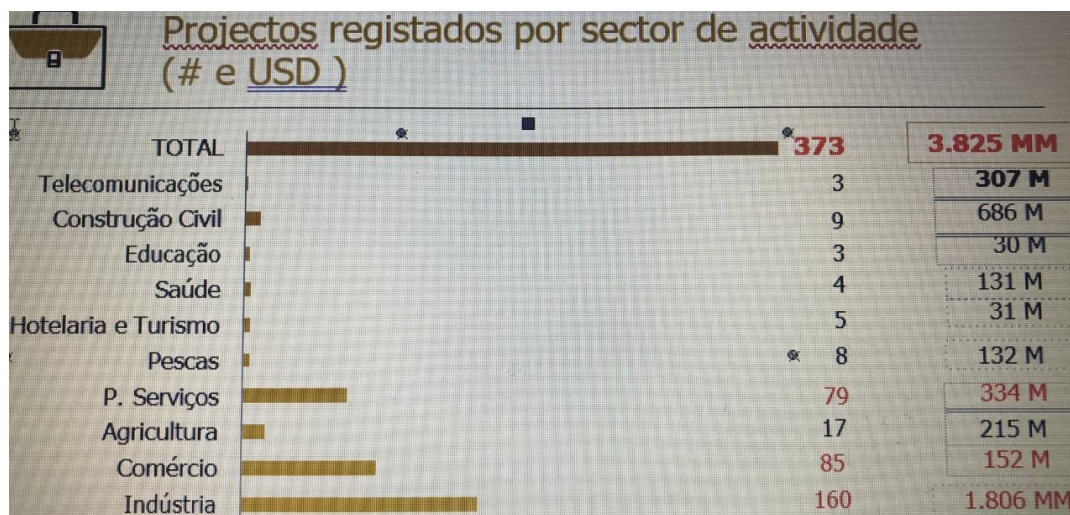
### ■ Como investir em Angola

O processo começa com o pedido de registo da Proposta de Investimento, que pode ser feito através do SETIP, ou através do contacto directo com os serviços da AIPEX, devendo para os devidos efeitos apresentar os documentos seguintes:

- Carta de pedido de registo da proposta de investimento privado;
- Formulário de Declaração de Projecto de Investimento e seus anexos devidamente preenchido (disponível nos balcões de atendimento da AIPEX e portal electrónico [aipex.gov.ao](http://aipex.gov.ao));
- Cópias da identificação dos proponentes (Bilhete de Identidade ou Passaporte), no caso de tratar-se pessoas individuais;
- Cópia da Certidão do Registo Comercial, no caso de se tratar de pessoa colectiva;
- A acta deliberativa da decisão de registo do projecto de investimento;
- Documento comprovativo da existência de fundos ou das outras formas de realização do projecto de investimento privado declarado (Declaração Bancária: para forma de realização em meios monetários e documento idóneo passado na origem por uma entidade de avaliação de activos devidamente certificada, para a forma de realização em máquinas e equipamentos);
- Plano de formação e de substituição gradual da força de trabalho estrangeira pela nacional;

Fonte: Relatório Angola-Portugais (2018)

## Projetos Registrados por Setor de Atividade (em USD)



Fonte: Relatório AIPEX (Maio 2021)

O setor do Turismo, em 5 projetos, recebeu investimentos tanto a nível de investidores nacionais, como de estrangeiros, num valor correspondente à 31M Dólares até Maio de 2021.

### b) Oportunidades que Angola oferece aos investidores estrangeiros:

Os investidores estrangeiros têm as seguintes oportunidades:

- Angola é um país com abundância de recursos minerais e matéria-prima em todas as províncias, nomeadamente, diamantes, ouro, cobalto, ferro, manganês, recursos hídricos, areia, britas, fosfatos e outros fundamentais para o sector da construção civil, agricultura e indústria.
- Terras aráveis para prática de agricultura, pastorício, silvicultura, bovinicultura, etc.
- Mais de 70% do que se consome é importado, apesar das terras aráveis, significando garantia efetiva de sucesso para quem localmente produzir.

- Belezas Naturais em todas as províncias, com destaque para Malange, Namibe, Huila, Bengo, Luanda entre outras, com grande atratividade turística.
- Um país com estabilidade política e militar em todo território nacional.
- Existência de programa de privatizações em curso;
- Existência de um Novo Quadro de Investimento Privado, que confere maior celeridade a quem queira investir em Angola, nomeadamente a JUI- Janela Única do Investimento, que é um mecanismo de facilitação de processos de investimentos privado, ou seja a AIPEX é o único interlocutor do investidor, em todas as fases de investimento, desde a apresentação da proposta, aprovação, licenciamento e repatriamento de lucros e dividendos.



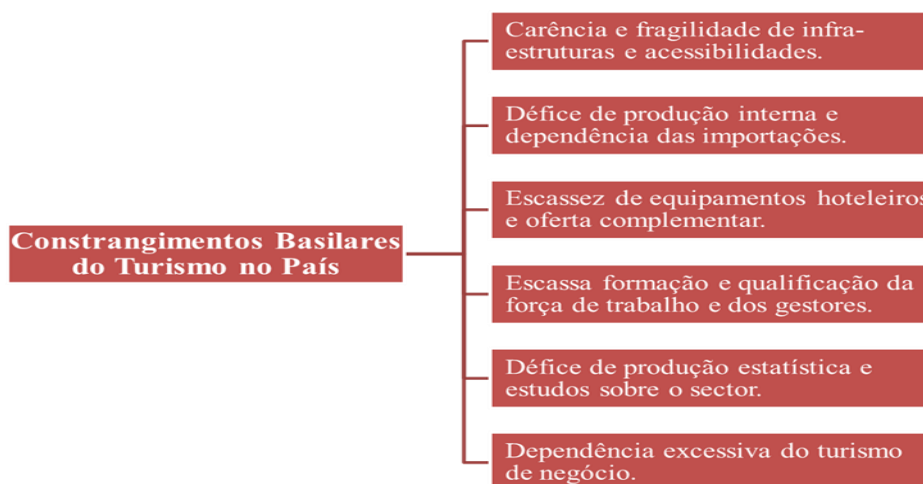
Fonte: Relatório Ministério Turismo

### c) **Desafios que investidores estrangeiros enfrentam face a possibilidade de investir em Angola**

As empresas Estrangeiras e Nacionais que pretendam investir em Angola enfrentam os seguintes desafios:

- Falta infraestruturas suficientes para o apoio à implementação de projetos nomeadamente estradas para escoamento dos produtos, zonas mais recônditas às capitais das províncias.

- Centros logísticos para armazenamento de produtos e transportes;
- Forte dependência do petróleo, reduzindo a capacidade de mais reservas internacionais líquidas influenciando o processo de Repatriamento de Lucros e Dividendos.
- Capital humano diminuto (em termos de especializações) e quebra na cadeia de valores em alguns sectores.



Fonte: Relatório Ministério do Turismo

**d) Riscos que os investidores estrangeiros podem enfrentar face à possibilidade de investirem em Angola**

As empresas nacionais e estrangeiras enfrentam os seguintes riscos:

**Tabela - Principais Riscos Identificados**

Riscos que as empresas nacionais e estrangeiras podem enfrentar:	Nível de Importância		
	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante
Instabilidade Política	25 Pontos	15 pontos	3 Pontos

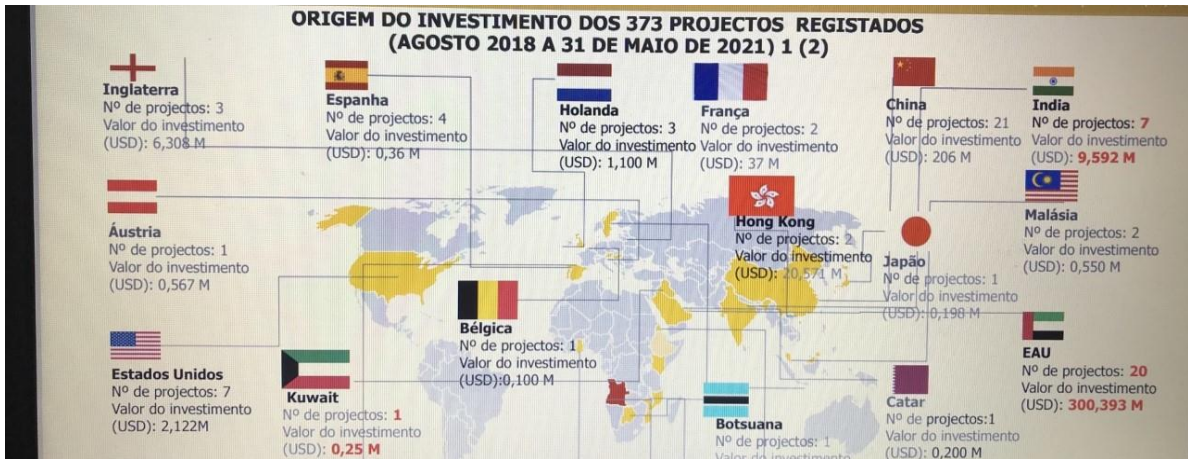
Corrupção	33 Pontos	6 Pontos	1 Ponto
Burocracia em termos de documentação	33 Pontos	9 Pontos	0 Pontos
Riscos de Inflação Flutuante	28 Pontos	9 Pontos	1 Ponto
Volatilidade Cambial	28 Pontos	8 Pontos	0 Pontos
Taxas de Juros elevados	28 Pontos	9 Pontos	0 Pontos
Impostos elevados	24 Pontos	15 Pontos	2 Pontos
Custo de Inputs elevados	20 Pontos	13 Pontos	2 Pontos
Instabilidade laboral (qualidade de mão-de-obra)	18 Pontos	13 Pontos	5 Pontos
Infraestruturas e Serviços Públicos Debilitados	22 Pontos	12 Pontos	2 Pontos
Volatilidade de Procura de Mercados	15 Pontos	15 Pontos	3 Pontos
Concorrência e Competição	10 Pontos	9 Pontos	15 Pontos

Fonte: Elaboração própria

Esta tabela, foi baseada em uma das questões do inquérito online, cujo a questão era saber quais são os principais riscos que os investidores nacionais e estrangeiros enfrentam face a possibilidade de investir em Angola, bem como permitiu avaliar também em termos de pontos.

## **Questão 2: Quais são os países, com maior impacto a nível de investimento em Angola?**

Os países com maior impacto a nível de investimento estrangeiro em Angola, considerando os variados setores são: Portugal, Inglaterra, Holanda, França, Bélgica, Malásia, Espanha, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Suíça, Rússia, Brasil, África do Sul, China, Guiné-Bissau e etc.



Fonte: Relatório AIPEX (Maio 2021)



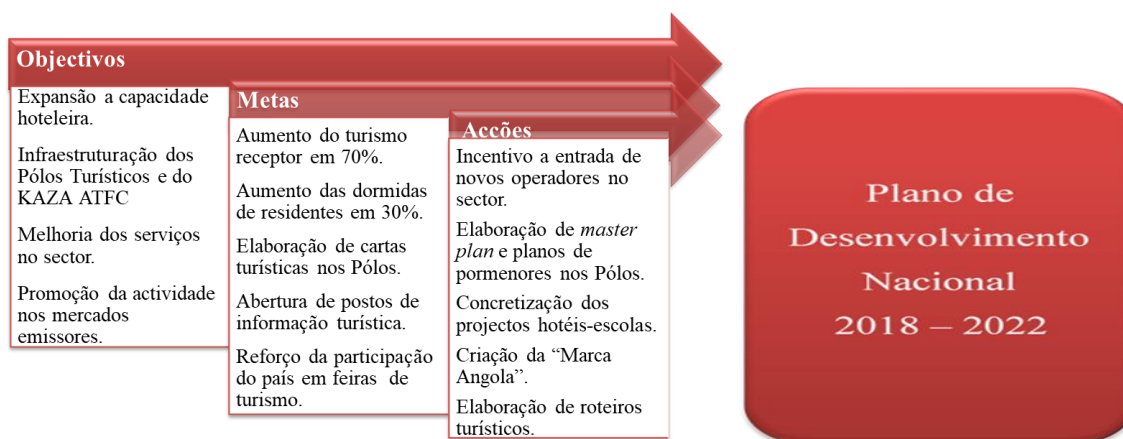
Fonte: Relatório AIPEX (Maio 2021)



### Questão 3: Quais são as estratégias/políticas governamentais que estão a ser implementadas para fomentar o investimento direto estrangeiro no que concerne ao turismo nacional.

São várias as estratégias adotadas pelo governo angolano, para fomentar o crescimento do sector turístico nacional e aumentar o número de investidores estrangeiros neste sector.

Neste sentido, o país traçou um Plano de Desenvolvimento 2018-2020 cujo programas de desenvolvimento do sector também têm tido grande relevância.



Fonte: PDN (2018-2022) Angola

### Questão 4: Quais são as províncias/cidades consideradas mais atrativas para se investir?



### **Questão 5: Qual é a apreciação feita pelos investidores estrangeiros face a possibilidade de investir no sector turístico em Angola?**

De acordo com o Relatório Mundial de Investimentos 2020 da UNCTAD, os principais ativos de Angola são:

- A estabilidade política e econômica que recuperou-se em torno de um amplo consenso e sob a liderança de uma sólida maioria política após 27 anos de guerra civil,
- Uma grande população faz do país o terceiro maior mercado da África Subsaariana,
- Importantes recursos naturais (segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, produção de mineração, produção de diamantes),
- Forte potencial de crescimento para setores não petrolíferos, como agricultura, construção e turismo,
- Uma força de trabalho jovem e em expansão,
- Atraente para o IED nos últimos anos.

#### Pontos Fracos

Entre os fatores prejudiciais ao investimento estrangeiro estão:

- Alta vulnerabilidade às flutuações dos preços do petróleo: 98% dos ganhos de exportação vêm da produção de petróleo,
- O ambiente de negócios sub-ótimo com altos custos de entrada no mercado, burocracia pesada e relativamente lenta e baixa confiança geral no atual governo pelas empresas,
- Infraestrutura inadequada,

- A falta de qualificação da força de trabalho e a alta taxa de desemprego (32,7% em 2020 - Ministério da Economia, Finanças e Recuperação da França) que sustenta a alta taxa de pobreza,
- A fraqueza do sistema judiciário, a persistência da corrupção e a falta de transparência em geral e nas contas públicas em particular,
- Alta dívida bruta do governo geral (120,3% do PIB em 2020 - FMI),
- Um sistema financeiro subdesenvolvido.

A Agência Nacional de Promoção e Exportação de Investimentos (APIEX) tem como objetivo estimular o crescimento econômico, diversificar a economia e ampliar a participação do setor privado na economia angolana. O país perdeu quatro posições no relatório anual de clima de negócios do Banco Mundial 2020, ocupando a 177ª posição entre 190 países. Angola também ocupa o 142º lugar entre 180 no índice de percepção de corrupção da organização Transparência Internacional, em claro andamento desde o último relatório (+19 lugares). Além de sua vulnerabilidade devido à dependência das receitas petrolíferas, Angola sofre de altos níveis de burocracia e de um sistema financeiro subdesenvolvido, bem como corrupção generalizada, infraestrutura precária, portos ineficazes, mão-de-obra abundante, mas não qualificada e altos custos no terreno para as empresas.

<b>Investimento Direto Estrangeiro</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>FDI Inward Flow</b> ( <i>milhões de USD</i> )	-7,397	-6,456	-4,099
<b>Ações da FDI</b> ( <i>milhões de DÓLARES</i> )	29,436	22,717	18,618
<b>Número de Investimentos Greenfield*</b>	5	5	21
<b>Valor da Greenfield Investments</b> ( <i>milhões de USD</i> )	2,580	4,668	2,205

Fonte: UNCTAD-( United Nations Conference on Trade and Development) - Últimos dados disponíveis.

Nota: \* A Greenfield Investments é uma forma de Investimento Estrangeiro Direto, onde uma empresa-mãe inicia um novo empreendimento em um país estrangeiro, construindo novas instalações operacionais do zero.

Em termos de ranking a nível mundial:

No relatório lançado pelo Banco Mundial (2020), em relação a facilidade de negócios a nível mundial, Angola ocupa a posição 177, com 41.3 pontos. O primeiro lugar é ocupado pela Nova Zelândia, com 86.8 pontos e o último lugar, pertence à Somália, posição 190, com 20 pontos.

Facilidade de fazer ranking de negócios								
Classificação	Economia	Pontuação DB	Classificação	Economia	Pontuação DB	Classificação	Economia	Pontuação DB
1	Nova Zelândia	86.8	65	Porto Rico (EUA)	70.1	128	Bárbaros	57.9
2	Singapura	86.2	66	Brunei Darussalam	70.1	129	Equador	57.7
3	HONG Kong SAR, China	85.3	67	Colômbia	70.1	130	São Vicente e Granadinas	57.1
4	Dinamarca	85.3	68	Omã	70.0	131	Nigéria	56.9
5	Coreia, Rep.	84.0	69	Usbequistão	69.9	132	Rio Níger	56.8
6	Estados Unidos da Estado	84.0	70	Vietname	69.8	133	Honduras	56.3
7	Geórgia	83.7	71	Jamaica	69.7	134	Guiana	55.5
8	Reino Unido	83.5	72	Luxemburgo	69.6	135	Belize	55.5
9	Noruega	82.6	73	Indonésio	69.6	136	Ihas Salomão	55.3
10	Suécia	82.0	74	Costa Rica	69.2	137	Cabo Verde	55.0
11	Lituânia	81.6	75	Jordânia	69.0	138	Moçambique	55.0
12	Malásia	81.5	76	Peru	68.7	139	São Cristótes e Nevis	54.6
13	Ilha Maurícia	81.5	77	Catar	68.7	140	Zimbabué	54.5
14	Austrália	81.2	78	Tunísia	68.7	141	Tanzânia	54.5
15	Taiwan, China	80.9	79	Grécia	68.4	142	Nicarágua	54.4
16	Emirados Árabes Unidos	80.9	80	República Quirgístão	67.8	143	Libano	54.3
17	Macedónia do Norte	80.7	81	Mongólia	67.8	144	Camboja	53.8
18	Estónia	80.6	82	Albânia	67.7	145	Palácio	53.7
19	Letónia	80.3	83	Kuwait	67.4	146	Granada	53.4
20	Finlândia	80.2	84	África do Sul	67.0	147	Maldivas	53.3
21	Tailândia	80.1	85	Zâmbia	66.9	148	Rio Mali	52.9
22	Alemanha	79.7	86	Panamá	66.6	149	Rio Benin	52.4
23	Canadá	79.6	87	Botsuana	66.2	150	Bolívia	51.7
24	Irlanda	79.6	88	Malta	66.1	151	Burkina Faso	51.4
25	Cazaquistão	79.6	89	Butão	66.0	152	Mauritânia	51.1
26	Islândia	79.0	90	Bósnia e Herzegovina	65.4	153	Ilhas Marshal	50.9
27	Austria	78.7	91	El Salvador	65.3	154	Lao PDR	50.8
28	Federação russa	78.2	92	São Marino	64.2	155	Gâmbia, O	50.3
29	Japão	78.0	93	Santa Lúcia	63.7	156	Guiné	49.4
30	Espanha	77.9	94	Nepal	63.2	157	Argélia	48.6
31	China	77.9	95	Filipinas	62.8	158	Micronésia, Fed. Sts.	48.1
32	França	76.8	96	Guatemala	62.6	159	Etiópia	48.0
33	Turquia	76.8	97	Togo	62.3	160	Comores	47.9
34	Azerbaijão	76.7	98	Samoa	62.1	161	Madagáscar	47.7
35	Israel	76.7	99	Sri Lanka	61.8	162	Suriname	47.5
36	Suíça	76.6	100	Seychelles	61.7	163	Serra Leoa	47.5
37	Eslovénia	76.5	101	Uruguai	61.5	164	Rio Kiribati	46.9
38	Ruanda	76.5	102	Fiji	61.5	165	Rio Myanmar	46.8
39	Portugal	76.5	103	Tonga	61.4	166	Burundi	46.8
40	Polónia	76.4	104	Namíbia	61.4	167	Camarões	46.1
41	República Checa	76.3	105	Trinidade e Tobago	61.3	168	Bangladesh	45.0
42	Países Baixos	76.1	106	Tajiquistão	61.3	169	Gabão	45.0
43	Bahrein	76.0	107	Vanuatu	61.1	170	São Tomé e Príncipe	45.0



De acordo o relatório lançado pelo Fórum Económico Mundial (2019), em relação as pontuações do Turismo na África Subsariana, Angola ocupa a posição 134, com os seguintes pontos:

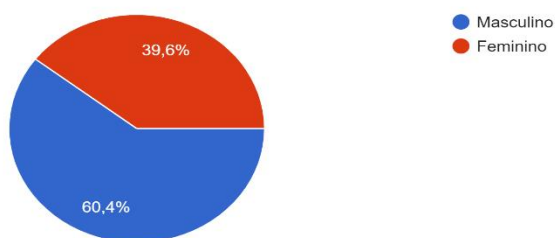
- Ambiente de Negócios (4.5); Segurança e Proteção (5.0); Saúde e Higiene (3.2)
- Recursos Humanos e Mercado de Trabalho (3.9); Prontidão para as TICs (3.4)
- Priorização de T&T (4.4); Abertura (2.6); Preços Competitivos (5.7); Sustentabilidade ambiental (4.2);
- Infraestrutura de transporte aéreo (2.1); infraestrutura terrestre e portuária (2.7);
- Infraestrutura de serviços turísticos (3.3); Recursos Naturais (3.2); Recursos culturais e Viagens de Negócios (1.4).

### 3.7 - Apresentação dos conteúdos do Inquérito feito no Google DOCS

No trabalho, também foi elaborado um inquérito online para servir de sustentabilidade para a parte prática do trabalho.

#### a) Questões Demográficas

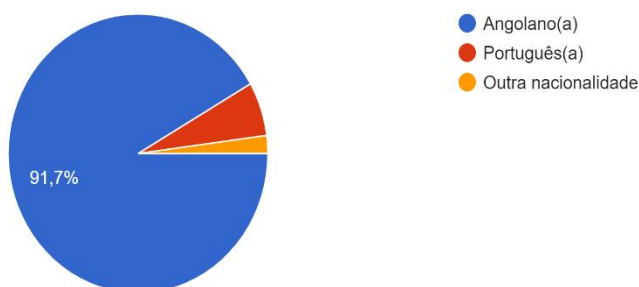
Indique o seu género  
48 respostas



Fonte: Elaboração Própria (Google Docs)

Numa primeira instância, é essencial detalhar que do formulário elaborado, obtivemos 48 respostas. Onde, 60,4% corresponde a participação masculina e 39,6%, corresponde a participação feminina.

Indique a sua nacionalidade  
48 respostas

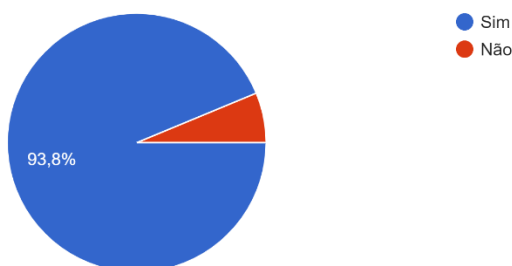


Fonte: Elaboração própria (Google Docs)

Dentre todos os inqueridos, 91,7% são angolanos, o que é bom, pois também conhecem a realidade turística de Angola; 6,3% corresponde ao número de portugueses inqueridos e 2,1% correspondem à inqueridos de outras nacionalidades.

## b) Questões de Contexto

Conhece Angola?  
48 respostas

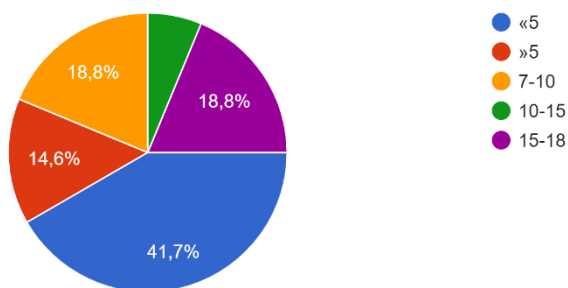


Fonte: Elaboração própria (Google Docs)

A primeira questão, foi saber se todos os inqueridos, fundamentalmente os estrangeiros conheciam Angola. O lado positivo, é que 93,8% de todos os inqueridos, assumiram que conhecem o território angolano e apenas 6,3% (ou seja, 3 pessoas), assumiram que não conhecem o país.

O facto da maioria assumir que conhece o país, ajudou-nos a dar mais crédito as posteriores respostas, inerentes a realidade do turismo angolano.

Angola tem 18 províncias/cidades. Quantas conhece?  
48 respostas



Fonte: Elaboração Própria (Google Docs)

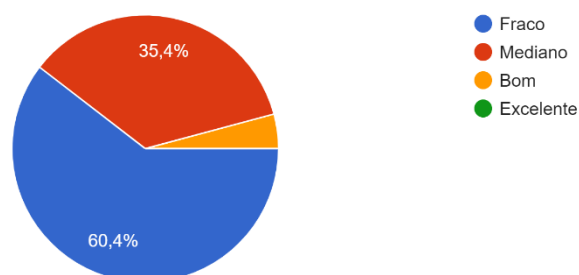
Angola é um país com 18 províncias (cidades), e é importante saber o número de cidades que os inqueridos de facto conhecem.

Deste modo, de acordo os resultados obtidos, foi-nos possível saber que de todos os inqueridos, 41% conhecem menos que 5 províncias (cidades) e apenas 18,8%, conhecem de 15 á 18 províncias, o que não é mau, porque angola possui muitas cidades.

### C) Questões sobre o tema: Turismo Angolano

Como classificaria o atual sistema turístico angolano?

48 respostas



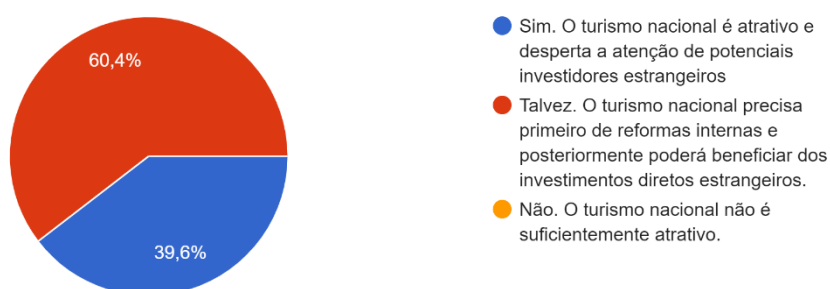
Fonte: Elaboração própria (Google Docs)

Saber qual é a classificação que os inqueridos dão ao sistema turístico angolano, é importante, porque é uma forma de ajudar a perceber a apreciação que tanto os nacionais como os estrangeiros têm do turismo angolano.

E assim sendo, 60,4% dos inqueridos, classificaram o sistema turístico angolano como fraco, ou seja, a carecer de mudanças estruturais; 35,4%, classificaram como mediano e 4,2%, classificaram como um sistema Bom.

Acredita que Angola tem potencial para atrair o Investimento Direto Estrangeiro na área do turismo nacional?

48 respostas



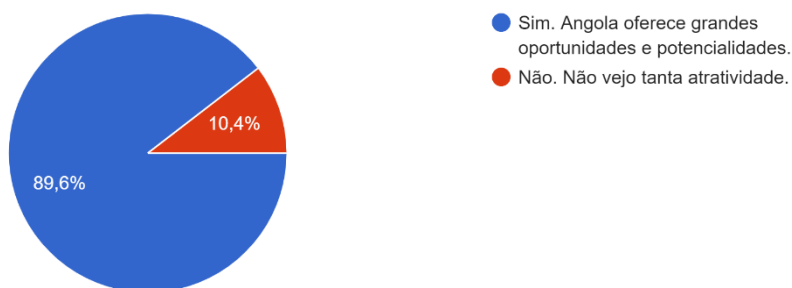
Fonte: Elaboração Própria (Google Docs)

A questão seguinte, foi saber se os inqueridos acreditam que Angola tem potencial para atrair o IDE na área do turismo.

60,4%, acreditam que o turismo nacional carece ainda de reformas internas e apenas, posteriormente poderá beneficiar dos investimentos diretos estrangeiros.

Contudo 39,4%, defendem que o turismo angolano, é sim atrativo e desperta a atenção de potenciais investidores estrangeiros.

Considerando-se um potencial investidor, estaria disposto a investir no Turismo Angolano?  
48 respostas



Fonte: Elaboração Própria (Google Docs)

Esta questão é interessante (não desmerecendo as restantes), pois levou os inqueridos a posicionarem-se no papel de potenciais investidores e analisar a possibilidade de investir no turismo angolano.

De forma positiva, 89,6% dos inqueridos, assumiram que Angola oferece grandes oportunidades e potencialidades e deste modo, sim, se fossem, potenciais investidores, investiriam no turismo angolano.

Por outro lado, 10,4%, assumem que como possíveis investidores, não vêm tanta atratividade no que concerne ao investimento do turismo nacional.

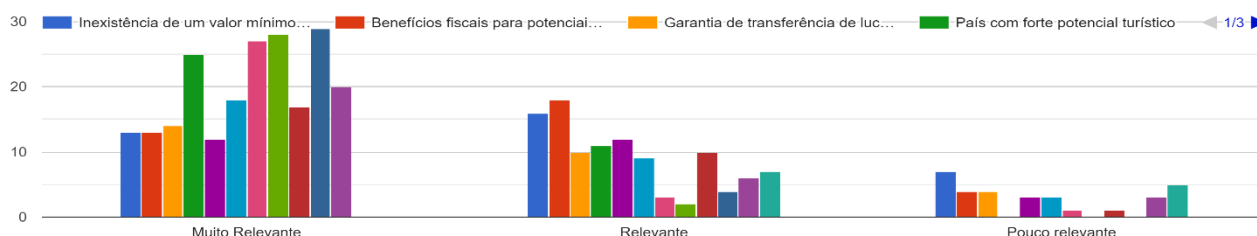
Quais são as províncias/cidades angolanas, que em termos de prioridade, podem ser as mais atrativas para o investimento direto estrangeiro na área do turismo? Fique à vontade para descrever o seu TOP 5 .

Nesta questão, foi possível os inquiridos escreverem e selecionarem de facto as 5 cidades que consideram as mais atrativas (em termos de prioridades), para a atração do IDE.

Assim sendo, das 48 respostas obtidas, as 5 cidades, mais vezes citadas foram:

Malanje, Benguela, Huila (Lubango), Quando Cubango e Namibe...em que alguns dos pontos turísticos selecionados foram: as Quedas de Kalandula, Praia Amélia, fortaleza de São Miguel, Miradouro da Lua, Palácio de ferro, Deserto do Namibe e etc.

De acordo a realidade do país, quais são as maiores motivações/opportunidades que Angola oferece para que um investidor estrangeiro decida investir no turismo nacional?



Fonte: Elaboração própria (Google Docs)

Neste ponto, foi fulcral saber, quais seriam de facto, as maiores motivações ou oportunidades que Angola oferece, para que um investidor estrangeiro decidisse investir no turismo nacional.

As opções neste caso, tinham que ser classificadas como muito relevantes, relevantes ou pouco relevantes

E assim sendo, as opções declaradas da primeira tabela foram:

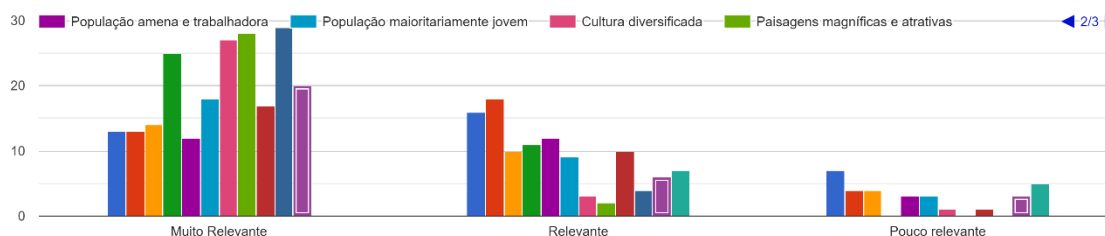
-A inexistência de um valor mínimo para o investimento privado (Lei do Investimento Privado - Lei 10/28 de 26 de junho de 2018), **em que 13 inqueridos acharam muito relevante; 16 acharam relevante e 7 acharam pouco relevante.**

- Benefícios fiscais para potenciais investidores (Lei do Investimento Privado - Lei 10/28 de 26 de Junho de 2018), **em que 13 acharam muito relevante, 18 acharam relevante e apenas 4 inqueridos acharam pouco relevante.**

-Garantia de transferência de lucros e dividendos após implementação efetiva do projeto (Lei do Investimento Privado - Lei 10/28 de 26 de Junho de 2018), **em que 14 inqueridos acharam muito relevante, 10 acharam relevante e 4 pouco relevante.**

- Ser um país com forte potencial turístico, **25 inqueridos consideraram este fator muito relevante, 11 consideraram relevante e ninguém considerou pouco relevante, sendo um aspeto muito positivo.**

De acordo a realidade do país, quais são as maiores motivações/oportunidades que Angola oferece para que um investidor estrangeiro decida investir no turismo nacional?



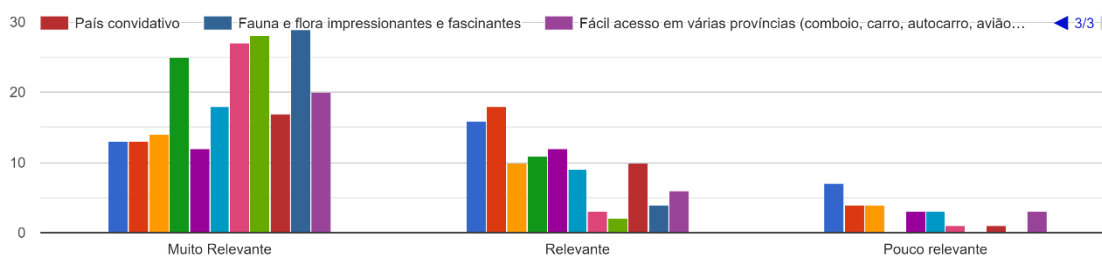
Fonte: Elaboração Própria (Google Docs)

Na segunda tabela, as opções foram as seguintes:

-População amena e trabalhadora, **em que 12 inqueridos acharam muito relevante, 12 acharam relevante e apenas 3 acharam pouco relevante.**

- População maioritariamente jovem, em que **18 inqueridos acharam este ponto muito relevante, 9 acharam relevante e 3 pouco relevante.**
- Cultura diversificada, em que **27 inqueridos, acharam este fator muito relevante, 3 acharam relevante e apenas 1 achou pouco relevante.**
- Paisagens magníficas e atrativas, em que **28 inqueridos acharam muito relevantes, 2 relevantes e nenhum achou este fator pouco relevante.**

De acordo a realidade do país, quais são as maiores motivações/oportunidades que Angola oferece para que um investidor estrangeiro decida investir no turismo nacional?



Fonte Elaboração Própria (Google Docs)

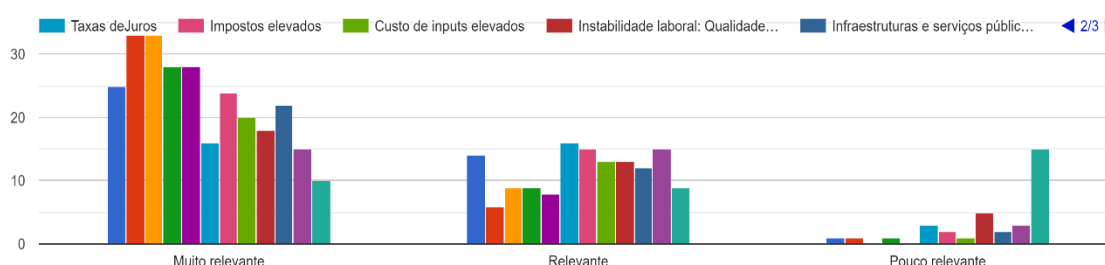
Na terceira tabela, as opções foram:

- País convidativo, em que **17 inqueridos acharam muito relevantes, 10 acharam relevantes e apenas 1 achou pouco relevante.**
- Fauna e Flora impressionantes e Cativantes, em que **29 inqueridos acham que é um ponto muito relevante, 4 acham relevante e nenhum achou pouco relevante.**
- Fácil acesso em várias províncias (comboio, autocarro, carro pessoal, barco e avião), em que **20 inqueridos acharam um fator muito relevante, 6 acharam relevante e 3 pouco relevante.**



- Riscos de Inflação flutuante, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e apenas 1 inquerido achou que é um fator pouco relevante.
- Volatilidade Cambial, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 8 relevante e nenhum inquerido achou que é um fator pouco relevante.

De acordo a realidade do país, quais são as maiores Barreiras/riscos associados ao processo de investimento direto estrangeiro em Angola?



Fonte: Elaboração própria (Google Docs)

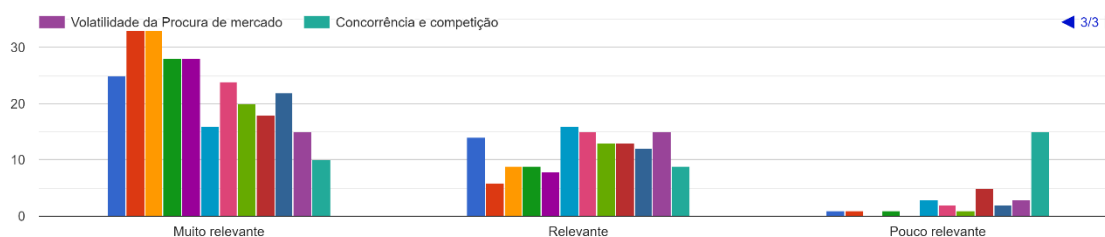
Fatores da segunda tabela:

- Taxas de Juros, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e apenas 1 inquerido achou que é um fator pouco relevante.
- Impostos elevados, em que 24 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 15 relevante e apenas 2 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.
- Custo de inputs elevados, em que 20 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 13 relevante e apenas 2 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

- Instabilidade laboral: Qualidade de mão de obra local, em que 18 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 13 relevante e 5 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

- Infraestruturas e serviços públicos debilitados, em que 22 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 12 relevante e 2 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

De acordo a realidade do país, quais são as maiores Barreiras/riscos associados ao processo de investimento direto estrangeiro em Angola?



Fonte: Elaboração própria (Google Docs)

Na última tabela, as opções são:

-Volatilidade da procura de mercado, em que 15 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 15 relevante e 3 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

- Concorrência e Competição, em que 10 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e 15 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

## **Capítulo 4: Discussão dos resultados obtidos**

### **Enquadramento das motivações, oportunidades, barreiras e riscos associados à captação de investimento direto estrangeiro (IDE) para Angola, alocado no sector turístico nacional, numa época de crise.**

Por vivermos num mundo cada vez mais globalizado e face ao aumento da concorrência no mundo empresarial, a expansão internacional tem servido de resposta para muitas empresas, diante de crises que ameaçam a sua sobrevivência (Martins, 2013).

Deste modo, tem aumentado o número de empresas que decidem transferir os seus serviços, e com isso, procurar suprimir as dificuldades encontradas no mercado doméstico. Aproveitam os progressos providenciados pela globalização, que ao derrubar as fronteiras, permite avanços significativos na esfera económica. O que consequentemente, fez avolumar a competitividade global (Neide 2019).

O IDE é um das formas mais comuns de internacionalização das empresas que influi o grau de internacionalização da economia dos países emissor e recetor, além de contribuir também, para o impacto no crescimento económico de ambos.

Botelho (2015), vai citar que, o investimento direto estrangeiro (IDE) assume duas formas distintas (Dunning, 1993b): o propriamente dito investimento direto no estrangeiro e o investimento indireto no estrangeiro, também denominado investimento de carteira.

- O primeiro caracteriza-se por envolver a transferência para outro país de um conjunto de ativos e produtos intermediários que inclui capital financeiro, tecnologia, know-how (conhecimento do saber fazer), técnicas de gestão, liderança e acesso a mercados externos, com o controlo do uso dos recursos por parte do investidor.

- O segundo envolve unicamente a transferência internacional de capital financeiro passando o controlo do vendedor para o comprador.

A internacionalização, pode então ser percebida, como uma evolução gradual com etapas muito bem definidas, através da qual as empresas procuram adquirir recursos e aprendem a operar nos mercados estrangeiros (Andersson,2004).

Pode representar uma possibilidade de aumento da competitividade de uma organização a longo prazo, através da exploração das competências centrais em novos mercados, da realização de economias de localização (mercados favoráveis para o desenvolvimento das atividades) e do aumento das economias de escala (volume vendas e diminuição dos custos e de experiência (Serra et. al 2010).

### **Análise de Campo**

Neste trabalho, procuramos saber quais seriam as motivações, oportunidades, barreiras e riscos que as empresas turísticas se deparam quando decidem internacionalizarem-se e investir em Angola.

Entretanto, foram levantadas hipóteses, para saber se existe uma relação positiva entre as motivações e as oportunidades que Angola oferece para atrair o IDE, e se os riscos e barreiras apresentados ao longo da pesquisa teriam uma relação negativa com a atração de IDE, sendo, neste caso a razão pelo qual Angola tem limitado a atração de IDE de potenciais investidores estrangeiros.

### **Motivações e Oportunidades**

De acordo com Dunning e Lundan (2008, cit. Castro, 2010, pag 5), existem quatro de motivos essenciais, para a realização de IDE: procura de mercadorias, a procura de recursos, procura de eficiência e a procura de ativos estratégicos, que se traduzem em diferentes vantagens de propriedade, internacionalização e localização.

Segundo Shenkar & Luo (2007), uma empresa multinacional (EMN) pode tanto afetar a importação do país recetor (no caso de usar o país emissor como fornecedor de bens intermédios para a produção no país recetor, logo afeta a exportação do país emissor), como pode afetar a exportação do país recetor (ao produzir bens intermédios e exportar

para o país emissor ou para outros países, neste caso afeta a importação do país emissor ou dos países para os quais os bens intermédios são enviados).

Por sua vez, ainda quanto a teoria do investimento direto estrangeiro, Botelho (2015), cita que as empresas procuram oportunidades em países estrangeiros para efetuar o seu investimento, tendo como estratégia a exploração de vantagens competitivas intrínsecas e a ausência de competências das empresas concorrentes.

Neste ponto, foi fulcral saber, quais seriam de facto, as maiores motivações ou oportunidades que Angola oferece, para que um investidor estrangeiro decidisse investir no turismo nacional.

As opções neste caso, tinham que ser classificadas como muito relevantes, relevantes ou pouco relevantes.

Atenção que, quanto maior for o nível de relevância em um dos pontos, maior é o peso que o mesmo tem sobre a captação do investimento direto estrangeiro para o turismo nacional.

E assim sendo, as opções declaradas sobre as motivações e oportunidades que causam maior impacto foram:

-A inexistência de um valor mínimo para o investimento privado (Lei do Investimento Privado - Lei 10/28 de 26 de junho de 2018), em que 13 inqueridos acharam muito relevante; 16 acharam relevante e 7 acharam pouco relevante.

- Benefícios fiscais para potenciais investidores (Lei do Investimento Privado - Lei 10/28 de 26 de Junho de 2018), em que 13 acharam muito relevante, 18 acharam relevante e apenas 4 inqueridos acharam pouco relevante.

-Garantia de transferência de lucros e dividendos após implementação efetiva do projeto (Lei do Investimento Privado - Lei 10/28 de 26 de Junho de 2018), em que 14 inqueridos acharam muito relevante, 10 acharam relevante e 4 pouco relevante.

- Ser um país com forte potencial turístico, 25 inqueridos consideraram este fator muito relevante, 11 consideraram relevante e ninguém considerou pouco relevante, sendo um aspeto muito positivo.
- População amena e trabalhadora, em que 12 inquiridos acharam muito relevante, 12 acharam relevante e apenas 3 acharam pouco relevante.
- População maioritariamente jovem, em que 18 inqueridos acharam este ponto muito relevante, 9 acharam relevante e 3 pouco relevante.
- Cultura diversificada, em que 27 inqueridos, acharam este fator muito relevante, 3 acharam relevante e apenas 1 achou pouco relevante.
- Paisagens magníficas e atrativas, em que 28 inqueridos acharam muito relevantes, 2 relevantes e nenhum achou este fator pouco relevante.
- País convidativo, em que 17 inqueridos acharam muito relevantes, 10 acharam relevantes e apenas 1 achou pouco relevante.
- Fauna e Flora impressionantes e Cativantes, em que 29 inqueridos acham que é um ponto muito relevante, 4 acham relevante e nenhum achou pouco relevante.
- Fácil acesso em várias províncias (comboio, autocarro, carro pessoal, barco e avião), em que 20 inqueridos acharam um fator muito relevante, 6 acharam relevante e 3 pouco relevante.

Face ao resultado obtido pelas entrevistas e pelo questionário, chegamos a conclusão que as motivações e oportunidades representam sim, fatores positivos e que podem despertar a atenção de possíveis investidores estrangeiros para Angola. Comprova que as hipóteses inicialmente levantadas sobre as motivações e oportunidades estão corretas.

### **Barreiras e riscos inerentes ao Investimento Direto Estrangeiro:**

Segundo Botelho (2015), é possíveis considerar as seguintes imperfeições no mercado:

- As imperfeições nos mercados de fatores, isto é, as relacionadas com as competências de gestão, com a tecnologia e com a capacidade de obtenção de recursos;
- As imperfeições nos mercados de bens, nomeadamente as relacionadas com a diferenciação do produto, com as competências de marketing e com a notoriedade das marcas;
- As imperfeições na concorrência causadas pelas políticas dos governos na atração do investimento.
- As imperfeições na concorrência das economias de escala (internas e externas);

Conforme cita (Pereira 2012), uma das principais prioridades das empresas que buscam a internacionalização, é a gestão do risco (Miller, 1992). Quando o destino destes investimentos internacionais são para países em desenvolvimento e países emergentes, verifica-se que, apesar do progresso verificado o nível da estabilidade política e da qualidade das instituições económicas (Wyk e Lal, 2008), são normalmente associados a um elevado nível de risco o qual inibe uma maior influência do investimento direto estrangeiro (Asiedu, 2002).

Neste ponto, procuramos saber, quais são as maiores barreiras e riscos associados ao processo de investimento direto estrangeiro em Angola.

Tal, como no ponto anterior, as opções também são classificadas como muito relevantes, relevantes e pouco relevantes. Onde, quanto maior for o número de relevância, maior será o impacto (em termos negativos), na atração de IDE para o sector turístico nacional.

As barreiras e os Riscos apontados foram os seguintes:

-Instabilidade e Política, em que 25 inqueridos consideraram ser muito relevantes, 14 acham relevantes e apenas 1, considerou o fator pouco relevante.

-Corrupção, em que 33 inqueridos consideram ser um fator muito relevante, 6 consideraram que é um fator relevante e apenas 1 considera pouco relevante.

-Burocracia em termos de documentação, em que 33 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e nenhum inquerido achou que é um fator pouco relevante.

- Riscos de Inflação flutuante, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e apenas 1 inquerido achou que é um fator pouco relevante.

- Volatilidade Cambial, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 8 relevante e nenhum inquerido achou que é um fator pouco relevante.

Instabilidade e Política, em que 25 inqueridos consideraram ser muito relevantes, 14 acham relevantes e apenas 1, considerou o fator pouco relevante.

-Corrupção, em que 33 inqueridos consideram ser um fator muito relevante, 6 consideraram que é um fator relevante e apenas 1 considera pouco relevante.

-Burocracia em termos de documentação, em que 33 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e nenhum inquerido achou que é um fator pouco relevante.

- Riscos de Inflação flutuante, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e apenas 1 inquerido achou que é um fator pouco relevante.

- Volatilidade Cambial, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 8 relevante e nenhum inquerido achou que é um fator pouco relevante.

Taxas de Juros, em que 28 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e apenas 1 inquerido achou que é um fator pouco relevante.

-Impostos elevados, em que 24 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 15 relevante e apenas 2 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

- Custo de inputs elevados, em que 20 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 13 relevante e apenas 2 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

- Instabilidade laboral: Qualidade de mão de obra local, em que 18 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 13 relevante e 5 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

- Infraestruturas e serviços públicos debilitados, em que 22 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 12 relevante e 2 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

-Volatilidade da procura de mercado, em que 15 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 15 relevante e 3 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

- Concorrência e Competição, em que 10 inqueridos consideram que é um fator muito relevante, 9 relevante e 15 inqueridos acharam que é um fator pouco relevante.

Face aos resultados obtidos, foi possível chegar a conclusão que os desafios, riscos e barreiras inerentes aos investimentos no sector turístico nacional, representam os factores negativos que têm limitado a atração do investimento direto estrangeiro para Angola.

De acordo o inquérito, 60,4% dos inqueridos, classificaram o sistema turístico angolano como fraco, ou seja, a carecer de mudanças estruturais; 35,4%, classificaram como mediano e 4,2%, classificaram como um sistema Bom.

Outra questão fundamental, foi saber se os inqueridos acreditam que Angola tem potencial para atrair o IDE na área do turismo. 60,4%, acreditam que o turismo nacional carece ainda de reformas internas e apenas, posteriormente poderá beneficiar dos investimentos diretos estrangeiros.

Contudo 39,4%, defendem que o turismo angolano é sim atrativo e desperta a atenção de potenciais investidores estrangeiros.

## Conclusão

Em virtude de tudo o que foi mencionado no trabalho, torna-se essencial realçar que tal como foi citado por Martins (2013), a internacionalização é um processo através do qual a empresa começa a desenvolver operações além da sua delimitação geográfica e do seu mercado de origem (Hitt et al. 1999). Este procedimento pode ainda estar ligado a uma estratégia de mercados, produtos e a uma integração vertical para outros países, que resulta numa replicação total ou parcial da sua cadeia operacional (Freire, 1997).

Por sua vez, Da Silva (2016), vai dizer que, existem várias estratégias ligadas a internacionalização de empresas. Porém, o IDE e o comércio internacional (exportações e importações), são as duas principais componentes da internacionalização (Oberhofer e Pfaffermayr, (2012); embora, existem ainda, outras formas de internacionalização, como as joint ventures internacionais, o outsourcing, o licenciamento e/ou cooperação internacional (Kalinic e Forza, 2012).

Neste estudo, demos ênfase ao IDE (Investimento Direto Estrangeiro), como uma estratégia de Internacionalização, por considerarmos que é a que Angola mais precisa no momento.

No que concerne ao turismo angolano, o relatório publicado pelo PND-Angola/Portugais (2018), revela que Angola oferece diversas oportunidades, pela sua dimensão territorial e litoral, pela sua diversidade climática, paisagística, biodiversidade, ainda desconhecidas pelo Turismo internacional, por ter estado durante décadas fechada ao mundo.

A estratégia do desenvolvimento do Turismo em Angola assenta em prioridades, regiões e polos de desenvolvimento turístico e a capacitação do setor foca-se no desenvolvimento integrado e faseado de seis eixos estratégicos, nomeadamente:

Mercados emissores, enriquecimento da oferta, serviços e competências as acessibilidades, a promoção e distribuição, qualidade urbana e ambiental.

O Turismo, deste modo, apresenta-se como um sector promissor para a redução da pobreza e crescimento do país, com vista a atingir os objetivos do milénio, atendendo a sua natureza transversal e a sua incidência em todos os sectores da economia.

No setor turístico, muitas são as motivações, oportunidades e também são identificados determinadas barreiras e riscos que as empresas turísticas se deparam quando decidem internacionalizar-se e investir em Angola.

Em termos de motivações, a inexistência de valor mínimo para o Investimento privado; a ausência de obrigatoriedade de parcerias para investir em Angola; a garantia da transferência de Lucros e Dividendos após implementação efetiva do projeto a concessão automática de benefícios fiscais a isenção de pagamento das taxas e emolumentos de qualquer serviço solicitado, incluindo os aduaneiros, por um ente público não empresarial, durante um período não superior a 5 (cinco) anos, para os projetos enquadrados no Regime Especial e outros, são fatores que contribuem para o despertar do interesse de investidores estrangeiros.

Em termos de oportunidades, considerar o fato de Angola ser um país abundante em recursos minerais e matéria-prima, ter terras aráveis para prática de agricultura, pastorício, silvicultura, bovinicultura, etc;

Possuir belezas naturais em todas as províncias, com destaque para Malange, Namibe, Huila, Bengo, Luanda entre outras, com grande atratividade turística;

Ser um país com estabilidade política e militar em todo território nacional e contar com um novo quadro de investimento privado, que confere maior celeridade a quem queira investir em Angola, nomeadamente a JUI- Janela Única do Investimento, que é um mecanismo de facilitação de processos de investimentos privado, ligados à AIPEX (Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola), passam a ser igualmente fatores preponderantes para a captação do investimento direto estrangeiro para Angola e fundamentalmente, na área do turismo.

A Agência Nacional de Promoção e Exportação de Investimentos (APIEX) tem como objetivo estimular o crescimento econômico, diversificar a economia e ampliar a participação do setor privado na economia angolana.

O país perdeu quatro posições no relatório anual de clima de negócios do Banco Mundial 2020, ocupando a 177ª posição entre 190 países. Angola também ocupa o 142º lugar entre 180 no índice de percepção de corrupção da organização Transparência Internacional, em claro andamento desde o último relatório (+19 lugares).

Além de sua vulnerabilidade devido à dependência das receitas petrolíferas, Angola sofre de altos níveis de burocracia e de um sistema financeiro subdesenvolvido, bem como corrupção generalizada, infraestrutura precária, portos ineficazes, mão-de-obra abundante, mas não qualificada e altos custos no terreno para as empresas.

Em termos de Barreiras e Riscos: a corrupção, burocracia em termos documentais, os riscos de inflação flutuante, a volatilidade cambial, as taxas de juros e impostos elevados, os custos de inputs elevados, a instabilidade laboral em termos de qualidade de mão-de-obra local, as infraestruturas e serviços públicos debilitados, ainda constituem entraves para a um maior fluxo de investimento direto estrangeiro no país e conseqüentemente, para um atraso no aprimoramento do turismo nacional.

Em relação ao ranking contido no relatório lançado pelo Banco Mundial (2020), em relação a facilidade de negócios a nível mundial, Angola ocupa a posição 177, com 41.3 pontos. O primeiro lugar é ocupado pela Nova Zelândia, com 86.8 pontos e o último lugar, pertence à Somália, posição 190, com 20 pontos.

Quanto ao relatório lançado pelo Fórum Económico Mundial (2019), em relação as pontuações do Turismo na África Subsariana, Angola ocupa a posição 134, com os seguintes pontos:

- Ambiente de Negócios (4.5); Segurança e Proteção (5.0); Saúde e Higiene (3.2)
- Recursos Humanos e Mercado de Trabalho (3.9); Prontidão para as TICs (3.4)

-Priorização de T&T (4.4); Abertura (2.6); Preços Competitivos (5.7); Sustentabilidade ambiental (4.2);

-Infraestrutura de transporte aéreo (2.1); infraestrutura terrestre e portuária (2.7);

- Infraestrutura de serviços turísticos (3.3); Recursos Naturais (3.2); Recursos culturais e Viagens de Negócios (1.4).

Resumindo:

É notório que Angola precisa de melhorar as suas condições quanto a facilidade dos negócios internacionais e encontrar mecanismos para melhorar o seu ranking quer seja a nível mundial, como entre os países africanos.

Contudo, nada está perdido, pois com as políticas certas, certamente Angola, os angolanos os turistas e investidores estrangeiros, poderão tirar melhor proveito do turismo nacional angolano.

## **Conclusões Finais da Autora**

Com base as informações obtidas através das entrevistas e do inquérito formulado, foi-nos possível chegar a conclusão, que o turismo angolano ainda é debilitado, mas tem um grande potencial.

O relatório Angola-Portugais (2018), revela que, Angola tem um vasto leque de capacidades tornar-se um novo destino turístico ainda neste século, mas para isso, deve continuar a investir fortemente na superação do défice de ofertas a vários níveis (mão de obra, quadro legal, inventariação e caracterização dos ativos turísticos, meios de trabalho eficientes e criar uma visão integrada do Turismo), uma vez que tem potencial para o seu desenvolvimento.

Todavia, Angola precisa de continuar a adotar políticas mais direcionadas e focadas na estruturação do turismo, para que as mudanças sejam atrativas primeiro internamente, despertando o interesse de potenciais investidores nacionais, para que assim, possa atrair cada vez mais o olhar de potenciais investidores estrangeiros.

Angola é um país rico, não só em mineiros, cobres, fosfatos, ouro, etc, como em paisagens únicas, uma fauna e flora admirável, que podem ser melhores exploradas.

Angola tem o que precisa para não depender totalmente do Petróleo. Precisamos de explorar melhor todos os pontos positivos que a própria geografia e a natureza oferecem ao país, e assim, desta forma, investir, visando o crescimento económico do país e o bem-estar social.

O turismo mundial e consequentemente Angola, enfrenta uma fase delicada devido as consequências da pandemia (COVID-19), porém, se o governo Angolano reestruturar/elaborar melhor as políticas e estratégias associadas à reforma do setor turístico, poderemos então, ter uma visão futurística mais positiva para o turismo nacional.

Por sua vez, Teixeira e Diz (2005), defendem que os motivos que levam uma empresa a optar pela internacionalização baseiam-se fundamentalmente, na busca por um aumento da quota de mercado, acessos a recursos mais baratos ou de maior

confiança, evitar a tributação ou contingentação de importação e visam por um maior retorno do investimento.

Contudo, Angola poderá também pensar em dar mais abertura aos investidores, não que isso será traduzido em inexistência de regulamentação, mas em reduzir a taxa de impostos, a burocracia em termos de documentação e as fraudes (corrupção), pois isso corrói o bom funcionamento da economia de qualquer nação e se visamos melhorias, não podemos autossabotar-nos, para que mostrando verdadeira ordem e organização, possamos estar prontos para receber os investidores estrangeiros.

## **Limitações e Sugestões para Investigação Futura**

### **A) Limitações do estudo**

A realização deste estudo foi particularmente mui importante, pois permitiu-me aprender mais sobre o tema em causa. Porém, também tem limitações que posteriormente (caso este sirva de base para projetos/estudos futuros), poderiam ser colmatados.

Eis a principal limitação:

Poucos entrevistados: na altura em que comecei a elaborar a minha tese o mundo foi surpreendido pela pandemia SARSCOV 2 (Covid 19), e deste modo não me foi possível alcançar todos quanto gostaria que fossem entrevistados e que acredito, que seriam uma mais valia para o trabalho.

### **B) Sugestões para investigações futuras**

Como dito anteriormente, o facto de não ter conseguido tantos entrevistados diretamente das áreas relacionadas ao turismo, impossibilitou um maior levantamento de informações.

Neste caso, para os trabalhos futuros, recomendo a incorporação de mais informação, que certamente enriquecerá o projeto.

### **Referências Bibliográficas**

Barroso da Costa, N. (2019). A Rocha Ornamental em Angola: Uma nova abordagem aos avanços da Fileira da Pedra nos últimos anos (Doctoral dissertation).

Botelho, J. M. M. (2015). Internacionalização de empresas: contributos para a construção de um modelo de suporte à análise e à implementação de estratégias de internacionalização.

Bico de Matos, J. M. (2018). *Internacionalização das PME em Moçambique: Setor das TIC* (Doctoral dissertation).

Castilho, Alcina Rosa Lucélia Chitunda (2013). A Internacionalização e o crescimento Económico- O Impacto do IDE e do Comércio Internacional na Economia Angoplana entre 1985 e 2010.

Dal-Soto, F., Alves, J. N., & Bulé, A. E. (2014). Análise do Processo de Internacionalização do Modelo de Uppsala: caminhos para as empresas Brasileiras. *Revista Estudo & Debate*, 21(1).

de Castro Quelhas, F. ESTRATÉGIA, INTERNACIONALIZAÇÃO E INOVAÇÃO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO: PARCERIA DOS CENTROS DE PESQUISA, UNIVERSIDADES E EMPRESAS BRASILEIRAS. *Operations & Production Management*, 152.

Escott, C. M., Caceres, G. H., Miletto, E. M., Pinto, F. S. T., Giotto, G., de Castilhos França, M. C. C., & Heck, J. X. (2013). Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização do IFRS: Experiências, Possibilidades e Desafios. *Revista Viver IFRS*, 1(1), 16-25.

Faria, S. S. A. (2017). Factores de atracção do investimento directo estrangeiro em Angola: análise dos projectos de investimento privado aprovados de Janeiro de 2012 a Julho de 2016 (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Economia e Gestão).

Fiates, G. G. S., Martins, C., Fiates, J. E. A., Martignago, G., & dos Santos, N. (2013). Análise do papel da incubadora na internacionalização de empresas de base tecnológica, incubadas e graduadas. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 6(1), 252-274.

Floriani, D. E., & Fleury, M. T. (2012). O efeito do grau de internacionalização nas competências internacionais e no desempenho financeiro da PME brasileira. *Revista de Administração Contemporânea*, 16, 438-458.

Galvão, Maria Cristiane Barbosa. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação (2017)

Gong, Y., Shenkar, O., Luo, Y., & Nyaw, M. K. (2007). Do multiple parents help or hinder international joint venture performance? The mediating roles of contract completeness and partner cooperation. *Strategic Management Journal*, 28(10), 1021-1034.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; E.HOSKISSON, Robert. Administração Estratégica. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 415 p.

Kaynak, E. (2014). Internationalization of companies from developing countries. Routledge.

Minsky, H. P. (1977). The financial instability hypothesis: An interpretation of Keynes and an alternative to "standard" theory. *Challenge*, 20(1), 20-27.

Nhaca, Á. (2019). INTERNACIONALIZAÇÃO E DUMPING SOCIAL: RISCOS E OPORTUNIDADES DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS EM MOÇAMBIQUE (Internationalization and Social Dumping: Risks and Opportunities for the Business Environment in Mozambique). Available at SSRN 3428035.

Pereira, P. R. M. (2012). *Process of internationalization of "Tejo Brinde" to Brazil* (Doctoral dissertation).

Pletsch, C., Magro, C., Silva, A., & Lavarda, C. (2015). ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE EMPRESAS BRASILEIRAS. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 9(25), 16-30.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). Manual de Investigação em Ciências Sociais 6th Edition. ed. *Gradiva, Lisboa*. Teixeira, S., & Diz, H. (2005). *Estratégias de internacionalização*.

Silva, D. R. D. (2016). *Investimento direto no estrangeiro e empresa-mãe: qual a relação?* (Doctoral dissertation).

Strickland III, de A. J; Junior, Arthur A. Thompson; Gamble, John E. e. *Administração Estratégica* (15ª Edição, 2008)

Trujillo Dávila, M. A., Rodríguez Ospina, D. F., Guzmán Vásquez, A., & Becerra Plaza, G. (2006). *Perspectivas teóricas sobre a internacionalização das empresas*. Editorial Universidad del Rosario.

Wu, Y. Y. (2021). *A internacionalização das empresas portuguesas no mercado chinês* (Doctoral dissertation).

Yang, R. (2002). University internationalisation: Its meanings, rationales and implications. *Intercultural education*, 13(1), 81-95.

## Anexos

AO

MINISTÉRIO DO TURISMO

E A AIPEX

LUANDA

Eu, Leossária de Fátima de Menezes da Silva, angolana, com licenciatura em Economia pela Universidade Lusíada de Angola e Mestranda do curso de Estratégia de Investimento e Internacionalização, pelo Instituto Superior de Gestão (ISG), em Lisboa-Portugal.

Venho através desta, requerer o auxílio do Ministério do Turismo e da AIPEX na obtenção de informação que me permitirá dar seguimento á minha Dissertação de Mestrado com o tema **“Captação de Investimento Direto Estrangeiro para Angola: A Internacionalização em contexto de Crise”**, com foco no Turismo, como o principal alvo no que concerne a atração e captação do Investimento Estrangeiro.

Assim sendo, surge a necessidade de obter respostas face as seguintes questões:

### **Ministério do Turismo**

- Qual é a realidade do turismo em Angola? Quais os desafios e possíveis oportunidades face a crise?
- Concernente ao turismo, quais são as províncias consideradas mais atrativas para se investir?
- Quais são as estratégias/políticas governamentais que estão a ser adotadas para fomentar o investimento direto estrangeiro no que concerne ao turismo nacional?

- Qual é a apreciação feita pelos investidores estrangeiros face a possibilidade de investir no sector turístico em Angola?

## **AIPEX**

- Quais os desafios, riscos e oportunidades que as empresas estrangeiras enfrentam face a possibilidade de investir em Angola?
- Quais são os países e conseqüentemente empresas estrangeiras, com maior impacto a nível de investimento em Angola??
- Em termos de dados estatísticos concretos (indicadores), quantas empresas estrangeiras cessaram ou reincidiram os seus contratos no mercado angolano no período (2010-2020) fundamentalmente em Luanda durante esta fase de crise?
- E quantas foram as empresas estrangeiras que neste mesmo período (2010-2020) decidiram se internacionalizar/ingressar para o mercado angolano?
- Existem empresas angolanas que foram internacionalizadas? Quantas foram até o ano corrente? E quais são as estratégias adotadas pelo Governo para fomentar o número de empresas angolanas que reúnam as condições necessárias para ingressar para o mercado internacional?

Obrigada,

Leossária Menezes Silva